



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA DA VARA DO TRABALHO DE ESTREITO (MA)
-ANO 2020-
Processo Administrativo n.º 3973/2020

Aos 17 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às 09:00h, sob a orientação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, **JOSÉ EVANDRO DE SOUZA**, iniciaram-se os trabalhos de Correição Ordinária, na modalidade telepresencial, na Vara do Trabalho de Estreito (MA), com fundamento no artigo 682, inciso XI, da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 27, inciso II, do Regimento Interno deste órgão, no Ato 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e no Provimento CRTRT16 nº 01/2020, com a utilização da plataforma de videoconferência *Google Meet*. O Edital n.º 012/2020, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho no dia 6 de agosto de 2020, tornou pública a Correição em referência, informando que esta se realizaria no período de 17 a 18/8/2020. Foram devidamente cientificados o Juízo da Vara do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão.

1. DA EQUIPE CORRECIONAL

NOME	CARGO
José Evandro de Souza	Desembargador Vice-Presidente e Corregedor
Valéria Morais Marques	Secretária da Corregedoria
David Tedson Mendonça Ferreira	Analista Judiciário – Tecnologia da Informação
Olivia Maria Oliveira Almeida	Técnico Judiciário - Área Administrativa

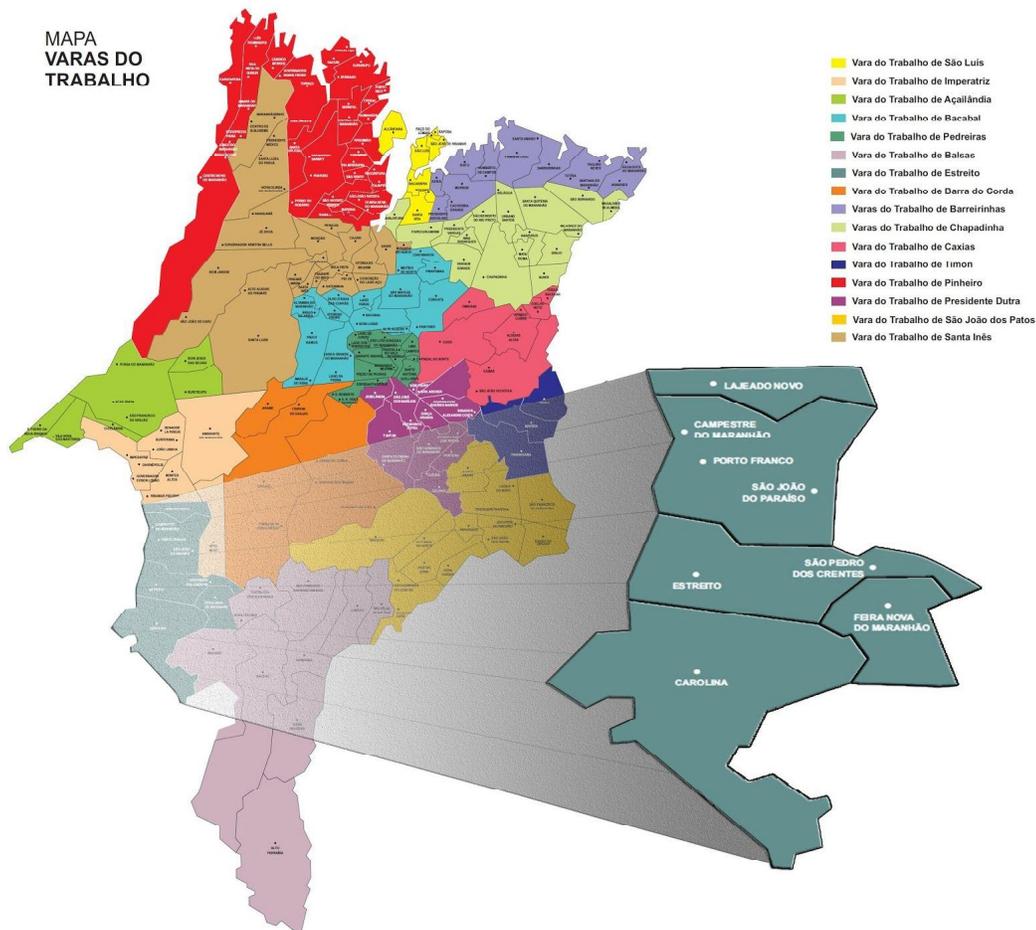
2. DO ÓRGÃO CORREICIONADO

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES	
Endereço	Situada à Rua São Sebastião, N.º 55, CENTRO, município de Estreito (MA), CEP 65975-000
Telefone	(99) 3199-9997
Email	vtestreito@trt16.jus.br.
Lei de criação	Lei n.º 10.770 de 21.11.2003
Data da última correição	27 a 30/5/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2.1. Da Jurisdição



A jurisdição da Vara alcança os seguintes Municípios maranhenses:

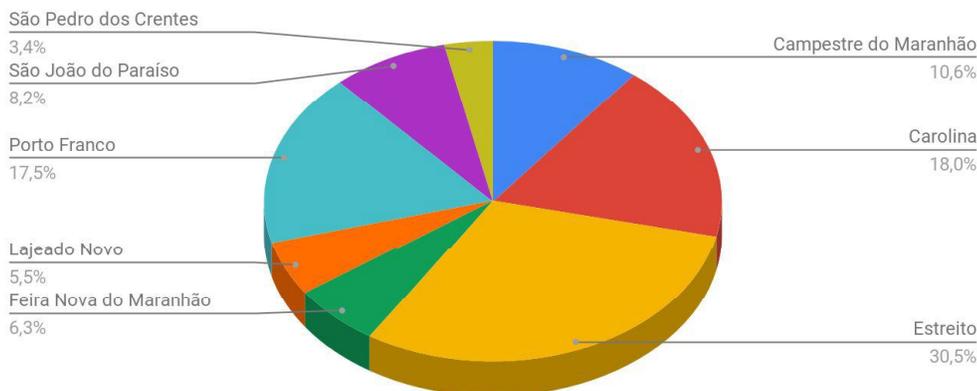
MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)	POPULAÇÃO / SERVIDOR
Campestre do Maranhão	14.294	1.588,22
Carolina	24.337	2.704,11
Estreito	41.355	4.595,00
Feira Nova do Maranhão	8.481	942,33
Lajeado Novo	7.496	832,89
Porto Franco	23.675	2.630,56
São João do Paraíso	11.162	1.240,22
São Pedro dos Crentes	4.651	516,78
TOTAL	135.451	15.050,11

fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)



3. DA METODOLOGIA DE TRABALHO

Os trabalhos correcionais obedeceram à seguinte metodologia: **análise dos relatórios extraídos do Sistema e-Gestão (remessa 839), com dados atualizados até 31/07/2020; verificação dos dados e rotinas da Vara do Trabalho pelo Sistema de Acompanhamento Processual Trabalhista da 1ª Instância (SAPT1), pelo Sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e Igest; averiguação, *in loco*, de documentos, procedimentos e instalações físicas; coleta de informações prestadas pelo(a) Diretor(a) de Secretaria e demais servidores; verificação quanto ao cumprimento das recomendações e determinações exaradas na correição do ano pretérito, realizada no período de 27 a 30/5/2019, bem como o exame de processos físicos e eletrônicos, port amostragem, com especial atenção àqueles que eventualmente figuraram como objeto de denúncia ou pedidos de providências junto à Corregedoria e/ou Ouvidoria.**

4. DO CORPO FUNCIONAL DA VARA

4.1. Magistrado Titular

NOME		LOTAÇÃO NA UNIDADE		
MAURÍLIO RICARDO NERIS		Exerce a titularidade da Vara desde 20/01/2015, conforme Portaria GP n.º 1253/2014, de 23/12/2014.		
AFASTAMENTOS LEGAIS (fonte Sistema do RH)				
INÍCIO	FIM	MOTIVOS	DIAS CORRIDOS	TOTAL
13-03-2019	11-04-2019	FÉRIAS	80	100
16-09-2019	13-10-2019			
21-10-2019	22-10-2019			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

26-04-2020	15-05-2020		
18-03-2020	22-03-2020	PORTARIA GP Nº 198/2020	5
13-05-2019	18-05-2019	11ª SEMANA DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS TRT 16ª - PORTARIA EJUD16 Nº 59/2019	6
16-06-2019	20-06-2019	59º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO TRABALHO - PORTARIA EJUD 16 116/2019	5
30-01-2019	02-02-2019	ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO DE 2019 E III ENCONTRO DE GESTORES DO TRT 16ª - PORTARIA GP Nº 46 E 113/2019	4

DIAS ÚTEIS TRABALHADOS					
2019			2020 - Até 31.07		
174 dias			83 dias		
Despachos / dia	Processos solucionados / dia (com exame de mérito)	Processos solucionados / dia (sem exame de mérito)	Despachos / dia	Processos solucionados / dia (com exame de mérito)	Processos solucionados / dia (sem exame de mérito)
15,39	5,13	2,78	23,54	2,88	0,71

OBSERVAÇÃO: O Exmo. Juiz Gustavo Castro Picchi Martins exerceu suas atividades como juiz substituto da Vara no período de 14/02/2017 (Portaria GP n.º 01 de 2017) até o dia 03/02/2020 (Portaria GP 86/2020).

4.2. Outros magistrados substitutos que atuaram na Vara do Trabalho

NOME	LOTAÇÃO NA UNIDADE
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	Designado para Auxiliar na VT no período de 10 a 14.06.2019.

4.3. Assiduidade e Residência na sede da Vara

Conforme determina o art. 17 c/c art. 26, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT, o magistrado é assíduo, comparecendo, regularmente, à Unidade, e mantém residência na cidade sede da Vara Trabalhista.

A unidade informou que o Exmo. Juiz Titular comparece semanalmente a unidade, exceto nas hipóteses de afastamento legal e, momentaneamente, durante a pandemia em face da suspensão dos atendimentos de forma presencial.

Informou, ainda, que não há revezamento entre os juizes, pois somente o Juiz Titular é lotado na Vara.

Neste tópico é necessário observar que a designação de dois ou mais juizes para a mesma vara, não se presta para adoção de rodízios, mas para o trabalho em conjunto, somado

4.4. Dos servidores

A relação nominal dos servidores da Vara, com os respectivos cargos, formação profissional e funções comissionadas, é a seguinte:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

SERVIDORES				
Nome	Cargo	Função	Escolaridade	Atividade principal
KERSON SILVA CASTRO	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-03	Nível Superior Completo – Gestão de Pessoas	Gestão da Unidade, controle de dados estatísticos, SABB, Escaninho, movimentação do fluxo Análises e arquivamentos.
MARCELO NAZARETH BOURA	ANALISTA JUD. – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	-	Nível Superior Completo - Direito	Cumprimento de Mandados Judiciais.
CARLOS CÉSAR SILVA DE OLIVEIRA	TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA	FC-04	Nível Superior Completo - Direito	Elaboração de minutas de sentenças e decisões.
GLAUBER SOUSA NOGUEIRA	TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA	FC-02	Nível Superior Completo - Direito	Elaboração de minutas de sentenças de encerramento da execução, despachos, e decisões em execução, consulta ao RENAJUD, INFOJUD, JUCEMA, e expedição de alvarás judiciais.
JAL JYRRÁ ALVES DA COSTA	TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA	FC-01	Nível Superior Completo - Direito	Liquidação e atualização de cálculos, confecção de cálculos para as sentenças líquidas e atualização da lista de pagamento RPV.
JULIANA RODRIGUES MACÁRIO ARAÚJO	TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA	FC-01	Nível Superior Completo - Direito	Expedição de notificações, mandados, ofícios, editais, cartas precatórias e designação de perícias.
LAILA LAURA DE FREITAS PERES	TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA	FC-02	Nível Superior Completo - Direito	Elaboração de minutas de incidentes e liminares, despachos e decisões em conhecimento e liquidação, controle dos fluxos de prazos.
CELMA DE FÁTIMA LEAL BARBOSA	SERVIDORA REQUISITADA	FC-04	Nível Médio Completo	Atendimento as partes, designação de audiências, expedição de notificações e carta precatória
ELAINE MARIA DE SOUSA ARRUDA PEREIRA	SERVIDORA REQUISITADA	FC-03	Nível Superior Completo – Licenciatura em História	Chefia da sala de audiências, expedição de notificações, mandados e precatórios.

Quanto às atividades dos assessores a Unidade prestou a seguinte informação:
“As atividades dos assessores são controladas pelo Diretor de Secretaria e pelo Juiz Titular por meio de relatórios compilados da INTRANET e da verificação da quantidade e data de pendência dos processos nos fluxos do PJE, sendo que as principais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

atribuições destes servidores consistem na realização de pesquisas jurídicas e elaboração de minutas, tais como de despacho, decisões e sentenças”.

Observação: A Unidade não conta, atualmente, com auxílio de estagiários.

4.5. Dos terceirizados

TERCEIRIZADOS	
Nome	Atribuição
ORLANDO NUNES GOMES	Vigilantes
FELIPE MAGNO RODRIGUES DIAS	
MARIA DE JESUS PACHECO SANTOS	Serviços Gerais

4.6. Do Teletrabalho

Atualmente, 04 (quatro) servidores exercem suas atividades em regime de teletrabalho, Carlos César Silva de Oliveira, Laila Laura de Freitas Peres, Juliana Rodrigues Macário Araújo e Glauber Sousa Nogueira.

Observa-se que o total de servidores destacados para realização dessa modalidade de trabalho ultrapassa o limite de 30% (trinta por cento) estabelecido pela Resolução Administrativa n.º 283/2015, mas está abaixo do permissivo estabelecido no §6º do art. 5º da referida Resolução Administrativa, que autoriza o limite de 30% ser aumentado até o patamar de 50%.

Indagado sobre o controle da produtividade dos servidores, informou o Diretor de Secretaria que se encontra acompanhando os trabalhos desenvolvidos por aqueles, tudo nos termos do art. 9º da Resolução Administrativa n.º 283/2015, reputando, nesse contexto, como satisfatórios os resultados obtidos com o referido regime.

É imperioso registrar que, por conta da pandemia do coronavírus, que impôs ao mundo uma nova realidade ao modo de vida das pessoas, que necessariamente tiveram que se distanciar, com o fim de se frear o avanço da doença (COVID 19) provocada pelo vírus, o CSJT em conjunto com o Tribunal Superior do Trabalho expediram o ATO Conjunto CSJT.GP.VP e CGJT nº 01/2020, suspendendo a prestação presencial de serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. De igual modo, o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, através do ATO Conjunto GP GVP/CR nº 01/2020, estabeleceu que a prestação de serviços de natureza jurisdicional e demais atividades no âmbito do TRT16, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus, efetivar-se-á por meio remoto.

5. ENQUADRAMENTO DA UNIDADE

Para fins de análises comparativas entre Unidade, adotou-se a movimentação processual do último triênio (2017-2019) como critério para enquadramento das Varas em mesmo grupos. Adotou-se, com referência, o Anexo III da Resolução CSJT nº 63/2010:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	FAIXAS	Lotação
Até 500	1	5 a 6
501 a 750	2	7 a 8
751 a 1000	3	9 a 10
1001 a 1500	4	11 a 12
1501 a 2000	5	13 a 14
2001 a 2500	6	15 a 16
2501 ou mais	7	17 a 18

Desse modo, analisando a movimentação processual da Unidade, observa-se que está enquadrada na faixa de 1001 (mil e um) a 1500 (mil e quinhentos), já que recebeu, em média, **1.409 (mil, quatrocentos e nove)** processos nos últimos três anos, pelo que será comparada com as médias das unidades situadas na mesma faixa de movimentação, constante do quadro abaixo, assim como com a média de todas as unidades da 1ª instância deste Regional.

FAIXAS	VARA DO TRABALHO	2017	2018	2019	TOTAL	MÉDIA
II	Vara do Trabalho de Pedreiras	1.012	514	362	1.888	629
III	Vara do Trabalho de São João dos Patos	1.417	568	478	2.463	821
	Vara do Trabalho de Barreirinhas	1.078	1.066	467	2.611	870
	Vara do Trabalho de Balsas	1.147	789	738	2.674	891
	Vara do Trabalho de Timon	773	1.589	536	2.898	966
IV	Vara do Trabalho de Açailândia	1.452	1.263	663	3.378	1.126
	Vara do Trabalho de Estreito	1.519	1.100	1.607	4.226	1.409
V	Vara do Trabalho de Presidente Dutra	2.304	1.595	1.070	4.969	1.656
	Vara do Trabalho de Santa Inês	2.411	1.768	1.084	5.263	1.754
	6ª VT de São Luís	2.132	1.722	1.593	5.447	1.816
	7ª VT de São Luís	2.223	1.639	1.599	5.461	1.820
	1ª VT de São Luís	2.253	1.638	1.572	5.463	1.821
	4ª VT de São Luís	2.300	1.641	1.522	5.463	1.821
	5ª VT de São Luís	2.229	1.643	1.625	5.497	1.832
	3ª VT de São Luís	2.291	1.653	1.593	5.537	1.846
	2ª VT de São Luís	2.318	1.684	1.597	5.599	1.866
	Vara do Trabalho de Caxias	2.658	1.666	1.328	5.652	1.884
	Vara do Trabalho de Bacabal	2.371	1.999	1.290	5.660	1.887
	Vara do Trabalho de Pinheiro	2.765	1.758	1.449	5.972	1.991
	Vara do Trabalho de Barra do Corda	2.510	1.917	1.566	5.993	1.998
VI	Vara do Trabalho de Chapadinha	3.090	2.160	1.481	6.731	2.244
VII	2ª VT de Imperatriz	6.120	1.207	1.251	8.578	2.859
	1ª VT de Imperatriz	5.596	1.806	1.208	8.610	2.870



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TOTAL	53.969	34.385	27.679	116.033	38.678
--------------	---------------	---------------	---------------	----------------	---------------

Item 90289 do sistema e-Gestão - Casos novos
(90026-distribuídos, 90027-redistribuídos)

Casos Novos - Figura no polo passivo é público ou privado

2017		2018		2019	
PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO
890	629	536	564	777	830
1519		1100		1607	

5.1. Relação Servidores x Movimentação Processual (Resolução n.º 63 do CSJT)

FAIXA	PROCESSOS RECEBIDOS/MÉDIA	N.º DE SERVIDORES*	MÉDIA DE PROCESSOS POR SERVIDOR
	2017 a 2019		
IV	1.409	09	156,55

**Excluindo-se servidores ocupantes do cargo Analista Judiciário – Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal*

A Resolução de n.º 63/2010-CSJT, no que se refere à lotação, estabelece que as Varas Trabalhistas que receberam, na média dos 03 (três) anos anteriores ao presente exercício, entre 1.001 (mil e um) a 1.500 (mil e quinhentos) processos terão seu quadro de pessoal composto por 11 (onze) a 12 (doze) funcionários. Nesse contexto e considerando que a Vara possui 9 (nove) servidores, incluindo 01 (um) oficial de justiça, tem-se que o seu quadro funcional se encontra **incompleto**.

6. DOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Para melhor compreensão dos dados, é necessário definir os conceitos dos itens abaixo:

Item do eGestão	Descrição	Movimentos
59 / 90.059	Processos pendentes de solução	Itens <ul style="list-style-type: none"> ● 60/90.060 - Processos aguardando a 1ª Sessão de Audiência ou procedimento diverso ● 61/90.061 - Processos aguardando o encerramento da instrução ● 65/90.065 - Processos convertidos em diligência ● 62/90.062 - Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença ● 393/90.393 - Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença com prazo vencido
342 / 90.342	Processos pendentes de finalização fase de conhecimento	Ausente no histórico <ul style="list-style-type: none"> ● O registro de redistribuição na unidade de origem (de onde o processo foi redistribuído) ● O registro de arquivamento definitivo ● O registro de início da liquidação ● O registro de início da execução
377 / 90.377	Processos pendentes de baixa fase de conhecimento	Ausente no histórico <ul style="list-style-type: none"> ● Movimento (123 - Remetidos os autos para "destino" "motivo da remessa" = "38 - para processar recurso") ● Movimento (466 - Homologada a Transação) ● Movimento (377 - Homologado Acordo em execução ou em cumprimento de sentença)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

		<ul style="list-style-type: none"> • O registro de arquivamento definitivo • O registro de início de liquidação • O registro de início de execução
353 / 90.353	Processos pendentes de finalização fase de execução	Ausente no histórico <ul style="list-style-type: none"> • Registro de redistribuição na unidade de origem (de onde o processo foi redistribuído) através da tarefa "Redistribuir" • Registro de arquivamento definitivo através da tarefa "Escolher tipo de arquivamento"
383 / 90.383	Processos pendentes de baixa fase de execução	Ausente no histórico <ul style="list-style-type: none"> • Remessa à instância superior para processamento/julgamento de recurso • Registro de redistribuição na unidade de origem (de onde o processo foi redistribuído) através da tarefa "Redistribuir" • Registro de arquivamento definitivo através da tarefa "Escolher tipo de arquivamento" • Movimento (48 -> 60 - Expedido(a) "4 - tipo de documento" = '7224 - Ofício Precatório' a(o) "13 - destinatário" / "5067 - nome do destinatário")

Informações mais detalhadas podem ser obtidas no site do e-Gestão, no link http://negestao.tst.jus.br/index.php/P%C3%A1gina_principal.

6.1. Pendentes de Finalização em julho/2020

FASE DE CONHECIMENTO	FASE DE LIQUIDAÇÃO	FASE DE EXECUÇÃO	CARTAS PRECATÓRIAS E DE ORDEM	TOTAL
1061	99	1668	13	2841

6.1.1. Pendentes de Finalização em julho/2020

ÓRGÃO JULGADOR	PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	2553	1º
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	2841	2º

6.2. Fase de Conhecimento

6.2.1. Processos Recebidos na Unidade

RECEBIDOS	2017	2018	2019	Até 31/07/2020
Por distribuição	1472	965	1112	259
Por redistribuição	47	135	495	19
Cartas precatórias e de ordem recebidas	78	75	63	26
TOTAL	1597	1175	1670	304

6.2.2. Processos pendentes de Solução

PROCESSOS	Até 31/07/2020
Aguardando a 1ª Sessão de Audiência	149
Aguardando o Encerramento da Instrução	23



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Aguardando Prolação de Sentença	7
TOTAL	179

6.2.2.1. Processos pendentes de Solução - Varas da mesma faixa

ÓRGÃO JULGADOR	PENDENTES	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	179	1º
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	192	2º

6.2.3. Baixas de Processos (fase de conhecimento)

BAIXADOS	ANOS		
	2018	2019	Até 31/07/2020
Baixados	1340	1266	366
Pendentes de baixa	498	342	234

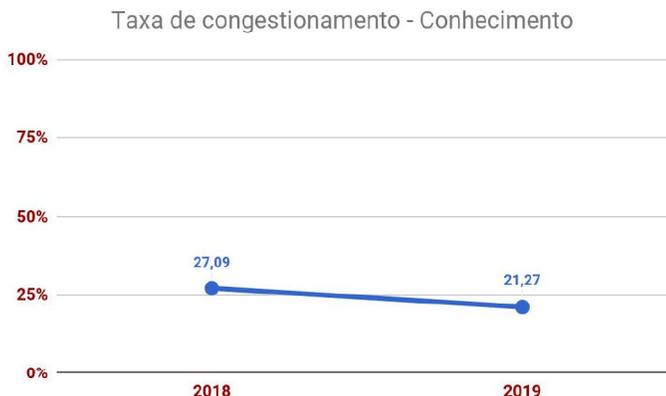


6.2.4. Taxa de Congestionamento - Conhecimento

FASE DE CONHECIMENTO	ANOS	
	2018	2019
Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento	498	342
Processos baixados - fase de conhecimento	1.340	1.266
Taxa de Congestionamento	27,09%	21,27%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



A taxa de congestionamento indicada pelo gráfico acima leva em consideração o total de processos, na fase de conhecimento, pendentes de baixa no fim do período de referência (TP) e os casos baixados no período base, utilizando a fórmula $(TP / (TP + TB))$.

Como se observa, em 2019 a Vara teve o percentual da taxa em exame decrescida para 21,27%, ocupando o 5º lugar entre as Unidades deste Regional, **cumprindo** a meta 10 do TRT da 16ª Região, consistente em reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020, de modo gradativo com o parâmetro de 42% ou menos em 2019.

6.2.5. Taxa de Congestionamento - Conhecimento - Ranking

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS PENDENTES DE BAIXA EM 31/12/2019	PROCESSOS BAIXADOS EM 2019	TAXA DE CONGESTIONAMENTO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA	247	1566	13,62	1º
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	201	1079	15,70	2º
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	207	1069	16,22	3º
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	211	839	20,10	4º
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	342	1266	21,27	5º
VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS	189	614	23,54	6º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	660	2096	23,95	7º
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	665	1894	25,99	8º
VARA DO TRABALHO DE BARRA DO CORDA	622	1763	26,08	9º
2ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1035	2835	26,74	10º
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	800	2126	27,34	11º
1ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1644	4298	27,67	12º
3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	824	2129	27,90	13º
4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	781	1975	28,34	14º
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	907	2199	29,20	15º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	941	2234	29,64	16º
VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO	1428	3365	29,79	17º
VARA DO TRABALHO DE BACABAL	872	1970	30,68	18º
VARA DO TRABALHO DE TIMON	608	1330	31,37	19º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	363	756	32,44	20º
VARA DO TRABALHO DE CAXIAS	1106	1980	35,84	21º
5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1440	2353	37,96	22º
VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA	967	1549	38,43	23º

6.3. Fase de Liquidação

6.3.1. Iniciadas

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Processos com liquidação iniciada	654	363	140
Processos desarquivados para prosseguimento da liquidação	7	156	8
TOTAL	661	519	148

6.3.2. Encerradas

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Liquidações encerradas	489	487	172
Processos com liquidação encerrada por acordo	3	1	1
Processos arquivados provisoriamente	11	0	0
TOTAL	503	488	173

6.3.3. Prazos médios de liquidação

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação	532.36	621.78	601.02
Do início até o encerramento da liquidação	95.74	114.35	115.75

Considerando apenas o período que o processo tramitou na VT, temos os prazos abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação	380	446	465

6.3.4. Processos pendentes de liquidação

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Processos com liquidação de sentença pendente	0	98	69



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O Diretor de Secretaria informou que os cálculos de liquidação e todas as atualizações são realizados pelo contador da Vara, sendo as partes notificadas apenas para manifestação sobre o valor liquidado.

Disse, ainda, que a partir do mês de junho do ano em curso o magistrado titular passou a prolatar todas as sentenças líquidas.

Dados colhidos do sistema PJe, no dia 17/08/2020, constatou a existência de apenas 09 (nove) processos pendentes de elaboração e de atualização de cálculos, sendo todos com data mais antiga o dia 04/08/2020.

6.3.5. Execuções Iniciadas

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2018	2019	Até 31/07/2020
Processos com execução iniciada	506	420	144
Processos recebidos de outros órgãos para execução	0	0	0
Processos desarquivados para prosseguimento da execução	235	117	83
Processos recebidos com conversão de classe	0	0	0
TOTAL	741	537	227

6.3.6. Execuções Pendentes

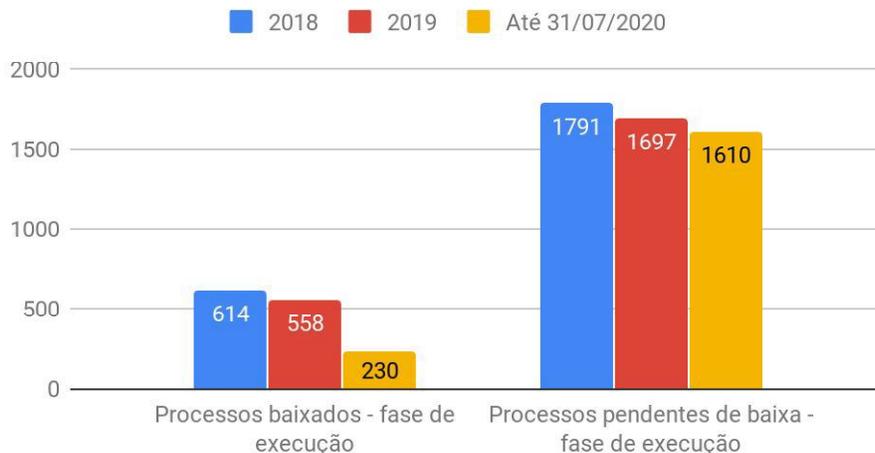
DESCRIÇÃO	ANOS		
	2018	2019	Até 31/07/2020
Processos em execução	1630	1485	1414
Processos suspensos por execução frustrada	0	0	0
TOTAL	1630	1485	1414

6.3.7. Baixa de Processos (fase de execução)

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2018	2019	Até 31/07/2020
Processos baixados - fase de execução	614	558	230
Processos pendentes de baixa - fase de execução	1791	1697	1610



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



6.3.8. Taxa de Congestionamento - Execução

FASE DE EXECUÇÃO	ANOS	
	2018	2019
Processos pendentes de baixa - fase de execução	1.791	1.697
Processos baixados - Meta 5 - CNJ	619	558
Taxa de Congestionamento	74,32%	75,25%



A taxa de congestionamento indicada pelo gráfico acima leva em consideração o total de processos, na fase de execução, pendentes de baixa no fim do período de referência (TP) e os casos baixados no período base, utilizando a fórmula " $(TP / (TP + TB))$ ".

Os dados acima demonstram que, em 2019, a Vara apresentou o percentual da taxa em exame acrescida para 75,25%, ocupando o 17º lugar entre as Unidades deste Regional, **descumprindo**, dessa, forma a Meta 13 estabelecida por este Regional para 2019, que era de 62% ou menos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6.3.9. Taxa de Congestionamento - Execução - Ranking

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS PENDENTES DE BAIXA EM 31/12/2019	PROCESSOS BAIXADOS EM 2019	TAXA DE CONGESTIONAMENTO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	973	902	51,89	1º
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	723	602	54,57	2º
2ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1696	1343	55,81	3º
5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2237	1704	56,76	4º
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	1212	903	57,30	5º
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1980	1363	59,23	6º
VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA	2606	1527	63,05	7º
7ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1213	670	64,42	8º
VARA DO TRABALHO DE TIMON	1150	606	65,49	9º
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	1596	838	65,57	10º
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2219	1106	66,74	11º
VARA DO TRABALHO DE BACABAL	1691	717	70,22	12º
VARA DO TRABALHO DE BARRA DO CORDA	3153	1330	70,33	13º
4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3048	1257	70,80	14º
VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS	910	334	73,15	15º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	1635	555	74,66	16º
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	1697	558	75,25	17º
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA	1179	356	76,81	18º
3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2890	821	77,88	19º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3923	1049	78,90	20º
1ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	2649	671	79,79	21º
VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO	3235	816	79,86	22º
VARA DO TRABALHO DE CAXIAS	2999	721	80,62	23º

6.3.10. Prazo médio de execução

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Do Ajuizamento da Ação até a Extinção da Execução	1.506,20	1.346,45	1.613,82

Considerando apenas o período que o processo tramitou na VT, temos os prazos abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Do Ajuizamento da Ação até a Extinção da Execução	1.455	1.289	1.551



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7. DAS AUDIÊNCIAS

7.1. Audiências realizadas

7.1.1. Ano 2019

MAGISTRADO	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL POR TIPO
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	2
	Instrução	6
	Conciliação em Execução	1
	Una	13
	Conciliação em Conhecimento	3
	Encerramento de instrução	3
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	8
	Instrução	27
	Conciliação em Execução	44
	Encerramento de instrução	21
		20
	Conciliação em Conhecimento	8
	Una	224
MAURÍLIO RICARDO NERIS	Conciliação em Conhecimento	3
	Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	8
	Encerramento de instrução	7
	Una	758
	Instrução	18
	Conciliação em Execução	19
		26
TOTAL	TOTAL	1219

7.1.2. Ano 2020

MAGISTRADO	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL POR TIPO
------------	-----------------------	----------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MAURÍLIO RICARDO NERIS	Encerramento de instrução	3
	Una	114
		7
	Conciliação em Conhecimento	17
	Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	3
	Conciliação em Execução	1
	Instrução	11
TOTAL	TOTAL	156

Sobre a pauta de audiências, a Unidade informou que “As pautas são organizadas observando os ajuizamentos contra o mesmo réu de modo a serem agrupadas na mesma data, inclusive as demandas ajuizadas em face dos entes públicos.

Em média, são realizadas 15 audiências por dia as terças e quartas-feiras e 05 nas quintas-feiras totalizando 35 audiências por semana, sendo que, quando designadas pautas envolvendo entes públicos são designadas uma maior quantidade de audiências por dia.

Cumprir destacar, que conforme relatório disponível no e-gestão, remessa validada até 31/05/2020 foram realizadas 146 audiências no decorrer do ano de 2020, e em atendimento as determinações exaradas pela Corregedoria Regional e ao Ato GP 05/2020 estão sendo realizadas audiências telepresenciais, sendo realizada a triagem e designação conforme os pedidos, possibilidade de conciliação e identificação da reclamada mantendo a natureza essencial e ininterrupta da atividade jurisdicional durante a pandemia, com a média de 05 audiências por dia, de terça a quinta-feira.

Em relação às audiências na fase de execução é realizada triagem e designada audiência para fins de conciliação às quintas-feiras rotineiramente ou quando há pedido das partes e advogados”.

7.1.3. A respeito do tema, a equipe correccional colheu, ainda, os seguintes dados:

Durante os trabalhos correccionais, foi verificado que as últimas audiências foram marcadas para as seguintes datas:

ÚLTIMAS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS - POR RITO	
Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário
20/10/2020	22/10/2020

ÚLTIMAS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS - POR TIPOS DE AUDIÊNCIA			
Instrução	Una	Conciliação em Conhecimento	Conciliação em Execução
03/09/2020	22/10/2020	25/08/2020	26/08/2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7.1.4. Pauta especial em fase de execução

A Unidade informou que existe pauta específica para processos em fase de execução, na forma do art.76,II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral, adota a prática de incluir processos em que haja possibilidade de acordo, ou quando há pedido das partes e advogados, em observância ao art.26, "e", da referida Consolidação. Importa registrar, que durante a **Semana Nacional de Execução**, realizada no período de 16 a 20/09/2019, houve a participação da Vara, ocasião em que atingiu os seguintes resultados:

AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS HOMOLOGADOS	VALORES HOMOLOGADOS
36	6	R\$ 48.541,00

Vale registrar, que a vara ocupou a **16ª posição** no ranking por acordos homologados e a **16ª posição** no ranking por valores homologados.

Os resultados da 9ª semana da execução foram divulgados no link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiYmFjM2M3NmMtZTc0Ny00YzRjLWl1MzMtZDA1MjlmNTQyZWMyliwidCI6IjMyODM2NGZiLTBmNWwtNDYzYS1iZGU2LTBjYWJlZjYmE5ZiJ9&menuid=499>

7.1.5. Audiências itinerantes

7.1.5.1. 2019

Município	Períodos	Quantidade de Audiências	Decisões Proferidas
CAROLINA	03/06 a 06/06/2019	47	37
	10/06 a 14/06/2019	69	64
	01/07 a 05/07/2019	64	57
	22/07 a 26/07/2019	56	47
	29/07 a 02/08/2019	54	52
	12/08 a 16/08/2019	42	41
	14/10 a 18/10/2019	44	44
	04/11 a 08/11/2019	43	43
	25/11 a 29/11/2019	49	49
	09/12 a 13/12/2019	45	45
TOTAL		513	479

7.1.5.2. 2020

Até a presente data não foi realizado nenhum deslocamento itinerante.

7.1.6. Prazos médios das varas de mesma faixa de movimentação processual

7.1.6.1. Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência - conhecimento.

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020	Classificação em 2019
-----------	------	------	----------------	-----------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	117.74	69.71	60.79	1º
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	86.95	92.69	68.94	2º

7.1.6.2. Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - conhecimento

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020	Classificação em 2020
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	135.64	106.02	111.21	1º
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	153.08	192.08	203.88	2º

8. DOS PROCESSOS SOLUCIONADOS

8.1. Fase de conhecimento

8.1.1. Com exame de mérito - 2019

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS						
	Com Exame de Mérito						
	Conc	Proc	Proc. em Parte	Imp	Ext	Outras Decisões	TOTAL
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	7	0	3	1	0	0	11
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	96	5	51	12	8	0	172
MAURÍLIO RICARDO NERIS	124	146	527	94	1	0	892
Total	227	151	581	107	9	0	1075

8.1.2. Com exame de mérito - até julho/2020

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS						
	Com Exame de Mérito						
	Conc	Proc	Proc. em Parte	Imp	Ext	Outras Decisões	TOTAL
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	0	0	0	1	0	0	1
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	2	6	30	6	0	0	44
MAURÍLIO RICARDO NERIS	66	36	115	22	0	0	239
Total	68	42	145	29	0	0	284



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

8.1.3. Sem exame de mérito - 2019

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS				
	Sem Exame de Mérito				
	Ext.	Arq.	Desist.	Outras Decisões	TOTAL
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	0	0	0	0	0
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	24	32	9	152	217
MAURÍLIO RICARDO NERIS	31	77	33	342	483
Total	55	109	42	494	700

8.1.4. Sem exame de mérito - até julho/2020

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS				
	Sem Exame de Mérito				
	Ext.	Arq.	Desist.	Outras Decisões	TOTAL
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	0	0	0	0	0
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	0	0	0	0	0
MAURÍLIO RICARDO NERIS	10	23	8	18	59
Total	10	23	8	18	59

8.1.5. Sentenças Líquidas - 2019

MAGISTRADOS	SENTENÇAS LÍQUIDAS
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	0
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	0
MAURÍLIO RICARDO NERIS	0
TOTAL	0

8.1.6. Sentenças Líquidas - até julho/2020

MAGISTRADOS	SENTENÇAS LÍQUIDAS
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	0
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	0
MAURÍLIO RICARDO NERIS	7
TOTAL	7

8.2. Fase de execução

8.2.1. Execuções encerradas - 2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MAGISTRADOS	EXECUÇÕES ENCERRADAS			
	Execuções extintas - acordo	Execuções extinta por pagamento	Execuções extintas - outras	Acordos homologados na fase de execução
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	3	0	74	7
MAURÍLIO RICARDO NERIS	26	23	403	28
SUB-TOTAL	29	23	477	35
TOTAL	529			35

8.3. Fase de execução - até julho/2020

MAGISTRADOS	EXECUÇÕES ENCERRADAS			
	Execuções extintas - acordo	Execuções extinta por pagamento	Execuções extintas - outras	Acordos homologados na fase de execução
MAURÍLIO RICARDO NERIS	8	29	258	12
SUB-TOTAL	8	29	258	12
TOTAL	295			12

8.4. Incidentes Processuais

8.4.1. Fase de conhecimento - 2019

MAGISTRADOS	JULGADOS		TOTAL
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	1	0	1
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	8	20	28
MAURÍLIO RICARDO NERIS	29	74	103
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	1	0	1
TOTAL	39	94	133

8.4.2. Fase de conhecimento - até julho/2020

MAGISTRADOS	JULGADOS		TOTAL
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	9	0	9
MAURÍLIO RICARDO NERIS	14	0	14



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TOTAL	23	0	23
-------	----	---	----

8.4.3. Fase de Execução- 2019

DESCRIÇÃO	TOTAL
Ações Incidentais na Liquidação/Execução julgadas	13

8.4.4. Fase de Execução - até julho/2020

DESCRIÇÃO	TOTAL
Ações Incidentais na Liquidação/Execução julgadas	3

8.5. Índice de Solução

8.5.1. Fase de conhecimento

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PERCENTUAL DE SOLUÇÃO (%)
2018	1122	1405	125,22
2019	1622	1775	109,43
Até 31/07/2020	286	343	119,93

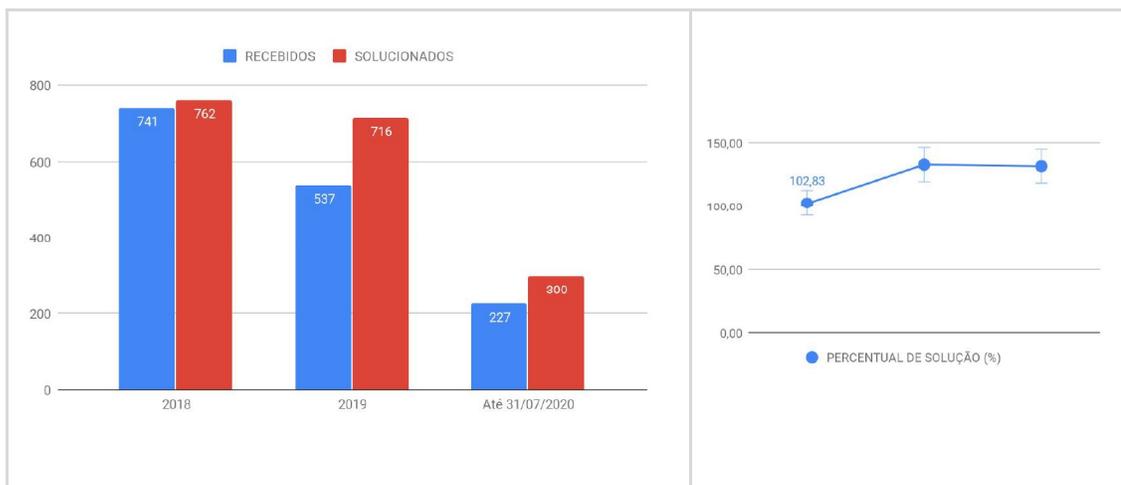


8.5.2. Fase de execução

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PERCENTUAL DE SOLUÇÃO (%)
2018	741	762	102,83
2019	537	716	133,33
Até 31/07/2020	227	300	132,16



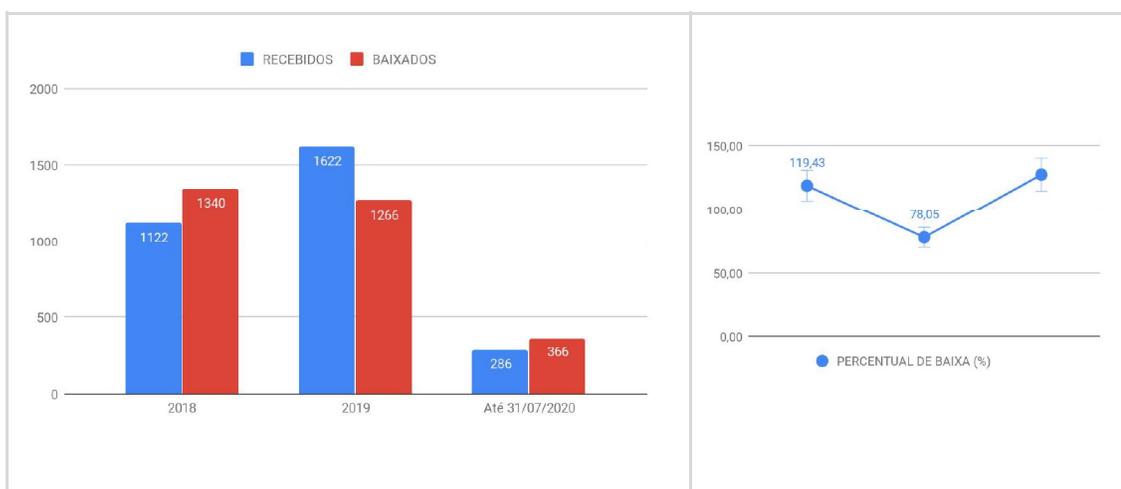
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8.6. Índice de Baixa

8.6.1. Fase de conhecimento

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	PERCENTUAL DE BAIXA (%)
2018	1122	1340	119,43
2019	1622	1266	78,05
Até 31/07/2020	286	366	127,97



8.6.2. Fase de execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	PERCENTUAL DE BAIXA (%)
2018	741	619	83,54
2019	537	558	103,91
Até 31/07/2020	227	237	104,41



8.7. Conciliado

8.7.1. Índice de Conciliação

ANO	SOLUCIONADOS	CONCILIADOS	PERCENTUAL DE CONCILIAÇÃO (%)
2018	1405	643	45,77%
2019	1775	227	12,79%
Até 31/07/2020	343	68	19,83%





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8.7.2. Participação nas Semanas Nacionais da Conciliação Trabalhista

No período de 01 a 08/11/2019, houve a participação da Vara na XIVª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, ocasião em que atingiu os seguintes resultados:

AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS	ACORDOS HOMOLOGADOS	VALOR APURADO
52	1	R\$2.400,00

Vale registrar, que a vara ocupou a **21ª posição** no ranking por valores homologados. Os resultados da XIV Semana da Conciliação foram divulgados no link:

<https://app.powerbi.com/view?r=evJrl0iZGEzMTBhNTMhNiM4Nv00N2MxLWJlYiQrYiRkMGJlODM4NWY4IiwidCI6IiMvODM2NGZiLTBmNWVtNDYzYS1iZGU2LTBiYWJlZihYmE5ZiJ9&menuid=501>

8.7.3. Aguardando cumprimento de acordo

DESCRIÇÃO	Até 31/07/2020
Processos aguardando cumprimento de acordo	22

9. JULGAMENTOS

9.1.1. Pendentes de julgamento de mérito

Em consulta ao Sistema e-Gestão, foram encontradas as pendências abaixo indicadas na remessa referente a julho/2020:

DESCRIÇÃO	Até 31/07/2020
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença	7
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença - com prazo vencido	0

9.1.2. Pendentes de julgamento de Incidentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	OPOSTOS EM 2019	PENDENTES COM O JUIZ EM 31/12/2019	JULGADOS EM 2019	PREJUDICADOS EM 2019	PENDENTES EM 31/12/2019	PENDENTES EM 31/07/2020
	42	3	39	0	19	20



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**AÇÕES INCIDENTAIS NA LIQUIDAÇÃO/EXECUÇÃO	RECEBIDAS EM 2019	PENDENTES COM O JUIZ EM 31/12/2019	JULGADOS EM 2019	BAIXADOS SEM DECISÃO EM 2019	PENDENTES EM 31/12/2019	PENDENTES EM 31/07/2020
	23	2	13	2	21	30

TUTELAS PROVISÓRIAS	RECEBIDAS EM 2019	APRECIADAS EM 2019	PENDENTES EM 31/12/2019	PENDENTES EM 31/07/2020
	102	94	25	22

9.1.3. Pendências de julgamento por magistrados

O sistema PJe-JT apontava, em 16/08/2020, o seguinte detalhamento quanto aos processos **conclusos para julgamento com prazo vencido**:

MAGISTRADO	Conclusão > 30 dias art. 226, III, do CPC	Conclusão > 90 dias art. 1/GCGJT 10/2017
MAURILIO RICARDO NERIS	0	0

Fonte: sistema e-Gestão e relatório CTIC(caminho: intranet->judicial->acesso-1ª instância-PJe-JT-> corregedoria-> conclusos para sentença-listagem com base no e-Gestão> prazos vencidos e prazos vencidos-PAD)

Ademais, seguem informações relativas ao cumprimento de artigos do Provimento Geral Consolidado relacionados à prolação de sentenças:

MAGISTRADOS	ART 55/64-PGC MARCAÇÃO DE DATA DE JULGAMENTO		ART 57-PGC ASSINATURA 48 HS		ART 62-PGC CONCLUSÃO 24 HS		ART 63-PGC JULGAMENTO 30 DIAS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
MAURILIO RICARDO NERIS	71	32	103	0	103	0	97	6

1- Dados obtidos pela CTIC, junto ao banco de dados do PJe-JT, utilizando mineração de dados para localização de atas de encerramento de instrução.

2 - Amostra: 139 Atas de Encerramento de Instrução juntadas após 30.05.2019



Verificou-se, destarte, o **cumprimento parcial dos arts. 55 e 64**, do Provimento deste Regional, quanto à necessidade de designação de data para a publicação da sentença quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Constatou-se, ainda, o **cumprimento do comando inserto no art. 57** do Provimento Geral Consolidado deste Regional quanto à assinatura da ata de audiência eletrônica no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Ainda quanto ao Provimento Geral Consolidado deste Regional, verificou-se o **cumprimento do art. 62**, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão dos autos ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução.

Por fim, detectou-se, dentre os processos da amostragem, o **cumprimento parcial do comando inserto no art. 63** do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que trata do prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgamento, na forma das disposições do Código de Processo Civil e da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

9.1.4. Prazo médio de julgamento

9.1.4.1. Prazo médio da vara do trabalho

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Do Ajuizamento da Ação até a prolação de sentença na Fase de Conhecimento	150.69	122.74	157.34
Da conclusão até a prolação de sentença na fase de conhecimento	20.52	28.87	33.68

9.1.4.2. Prazo médio por juiz

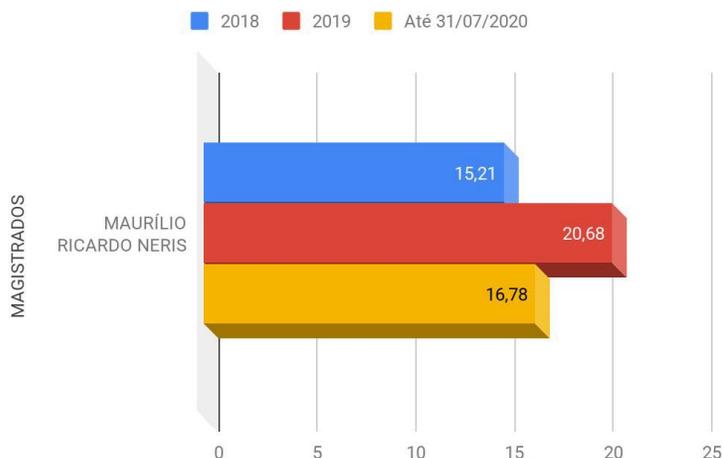
Prazo médio entre a conclusão e a prolação de sentença (itens 69, 90269, 270 e 90270) excluídos os processos julgados em audiência.

MAGISTRADOS	PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DE SENTENÇA		
	2018	2019	Até 31/07/2020
GUILHERME JOSÉ BARROS DA SILVA	30.12	0.25	0,00
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	46.09	85.12	125.03
INALDO ANDRÉ TERÇAS SANTOS	20.88	0	30.12
MÁRCIA ROCHA DE NARDIN	34.29	30.12	0,00
MAURÍLIO RICARDO NERIS	15.21	20.68	16.78
_TOTAL	20.52	28.87	33.68



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DE SENTENÇA - EM DIAS



9.2. Processos convertidos em diligência

Em consulta ao SAPT1, constatou-se, no período de 27/05/2019 a 17/08/2020, a ausência de processos com conversão em diligência relativa ao julgamento de ação, bem como do julgamento de incidente.

Por sua vez, o PJe-JT contabilizou 60 (sessenta) processos convertidos em diligência no mesmo período.

10. DESPACHOS

10.1. Despachos proferidos (conhecimento e execução)

MAGISTRADO	PJe-JT	
	2019	Até 31/07/2020
GUILHERME JOSE BARROS DA SILVA	3	
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	806	10
MAURILIO RICARDO NERIS	2678	1954
TOTAL	3487	1964

Fonte: PJe-JT

MAGISTRADOS	SAPT1	
	2019	2019
MAURILIO RICARDO NERIS	9	1
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	9	0
TOTAL	18	1

Fonte: SAPT1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

10.2. Despachos pendentes (conhecimento e execução)

Quanto ao PJe-JT, em consulta realizada em 13/08/2020, restou apurada a existência de 10 (dez) processos conclusos para despacho, assim distribuídos:

magistrado	Tarefa de despacho	qtd	Data mais Antiga	Processo mais antigo
MAURILIO RICARDO NERIS	Elaborar despacho	10	10/08/2020 11:31:58	0016204-04.2020.5.16.0017

Fonte: Sistema PJe-JT

11. RECURSOS

RECURSO	INTERPOSTOS	RECEBIDOS / REMETIDOS	PENDENTES DE REMESSA EM 31/12/2019	PENDENTES DE DEVOLUÇÃO EM 31/07/2020
Recurso Ordinário	444	420	32	17
Recurso Adesivo	0	0	0	0
Agravo de Petição	13	10	5	6
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	10	12	1	0
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição	0	0	1	1

12. CARTAS PRECATÓRIAS

RECEBIDAS	DEVOLVIDAS	PENDENTES DE DEVOLUÇÃO EM 31/12/2019	PENDENTES DE DEVOLUÇÃO EM 31/07/2020
60	103	22	13

13. DOS PAGAMENTOS E DAS ARRECADAÇÕES

O quadro abaixo revela a arrecadação de valores promovida pela Unidade nos anos de 2018 e 2019 e até o mês de julho/2020.

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Valores Pagos aos demandantes decorrentes de execução	R\$ 6.194.969,19	R\$ 8.285.626,94	R\$ 3.063.570,19
Custas/Emolumentos Processuais Arrecadados	R\$ 29.814,72	R\$ 43.506,06	R\$ 10.801,92
Contribuição previdenciária arrecadada	R\$ 345.822,37	R\$ 523.213,31	R\$ 125.633,31
Imposto de Renda arrecadado	R\$ 15.337,67	R\$ 33.268,37	R\$ 2.099,24



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 6.585.943,95	R\$ 8.885.614,68	R\$ 3.202.104,66

14. DAS METAS DO JUDICIÁRIO NACIONAL – CONSELHO NACIONAL DE (CNJ)

14.1. Ano 2019

Para o ano de 2019, entre as metas gerais a serem acompanhadas por todos os segmentos do Poder Judiciário, observam-se as seguintes, aplicáveis à Justiça do Trabalho:

14.1.1. Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Casos Novos*	Processos Julgados	Percentual Processos recebidos/julgados	Grau de Cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
2255	2522	111,59%	111,59%	

*Excluídos os processos com distribuição cancelada ou remetido a outros órgãos.

14.1.2. Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nos 1º e 2º graus.

Processos Distribuídos em 2017	Processos julgados em 2018 e 2019	Percentual Processos distribuídos/julgados	Grau de Cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
648	641	98,92%	107,52%	

14.1.3. Meta 3: Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Média do Biênio 2016/1017	Processos Conciliados em 2019	Processos Solucionados em 2019	Índice da VT em 2019	Grau de Cumprimento da Meta	Índice do TRT em 2019	Meta do TRT em 2019	META NÃO CUMPRIDA
41,20%	454	2260	20,09%	48,76%	29,93%	41,20%	

Nota: O índice de conciliação da VT em 2019 de 20,09% diverge do índice de conciliação informado no item 8.7.1 de 12,79%, pelo fato de que o Glossário da Meta exclui as decisões de arquivamento, desistência e declaração de incompetência, enquanto o do item 8.7.1 considera essas decisões.

14.1.4. Meta 5: Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Casos novos de execução em 2018	Processos baixados na fase de execução em 2018	Entraram na meta	Saíram da meta	Casos novos /baixados	Grau de cumprimento da meta	META CUMPRIDA



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

840	1116	266	116	112,61%	112,61%	
-----	------	-----	-----	---------	---------	--

14.1.5. Meta 6: Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau.

Ações Coletivas pendentes em 31/12/2016	Ações Coletivas julgadas entre 2017 e 2019	Saíram da meta	Entraram da meta	Casos novos /baixados	Grau de cumprimento da meta	META CUMPRIDA
0	0	0	0	0	100%	

14.1.6. Meta 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Pendentes em 31/12/2018	Distribuídos no ano 2019	Julgados no ano 2019	Saldo Final em 31/12/2019	Grau de cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
113	141	217	37	299.30	

Necessário registrar, a seguir, as informações prestadas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa acerca dos maiores litigantes :

PROCESSO- MAIORES LITIGANTES (2019)	
NOME	QUANTIDADE AÇÕES
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	113
EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSEH	2
ESTADO DO MARANHÃO	3
INSTITUTO GERIR	2
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	5
TOTAL	125

14.2. OUTRAS METAS

14.2.1. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)

Para os anos de 2015 a 2020, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho fixou algumas metas que deverão ser cumpridas por todas as Varas do Trabalho deste Regional e passarão a ser fiscalizadas e acompanhadas por esta Corregedoria, a saber:

14.2.1.1. Meta 5 de 2019: Reduzir o tempo médio de duração do processo na primeira instância, em relação ao ano base 2017, em 5% (cinco por cento), até 2020. Os TRT's que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, em 2017, tiveram como meta, em 2019, reduzir o prazo médio em 4%.

Tempo médio de Duração processo em 2017*	Prazo para a Meta em 2019*	Prazo realizado pela VT- em 2019*	Grau de cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
208,69	200	123.43	138.28%	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

*em dias

Em 2019

- Meta 06 – Idêntica à Meta 01 de 2019 do CNJ;
- Meta 07 – Idêntica à Meta 02 de 2019 do CNJ;
- Meta 08 – Idêntica à Meta 06 de 2019 do CNJ;
- Meta 09 – Idêntica à Meta 03 de 2019 do CNJ.
- Meta 10 – Idêntica à Meta 07 de 2019 do CNJ;
- Meta 11 – Idêntica à Meta 05 de 2019 do CNJ.

14.2.2. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Para os anos de 2015 a 2020, a Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa fixou algumas metas, as quais deverão ser observadas por todas as Varas do Trabalho deste Regional, sendo fiscalizadas e acompanhadas por esta Corregedoria, quais sejam:

- **Meta 08** – Elevar a performance jurisdicional do 1º Grau em 1% (um por cento) ao ano, até 2020;
- **Meta 10** – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020;
- **Meta 11** – Aumentar o número de acordos homologados na fase de execução, em 6% (seis por cento), até 2020;
- **Meta 13** – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% (sessenta por cento), ou menos, até 2020;
- **Meta 21** – Aumentar a arrecadação por processo em 10% (dez por cento), até 2020.

Com exceção da meta 08, que se refere a todo o 1º grau e não especificamente à Unidade em análise, todas as demais metas seguem abaixo transcritas:

- 14.2.2.1. Meta 10:** Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020. Ao final de 2019, porém, a Unidade deverá apresentar percentual menor ou igual a 42%.

Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento	Processos baixados - fase de conhecimento	Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento	META CUMPRIDA
342	1.266	21,27%	

- 14.2.2.2. Meta 11:** Consiste em aumentar o número de acordos homologados na fase de execução, em 6% (seis por cento), até 2020. Ao final de 2019, a Unidade deveria apresentar percentual de aumento maior ou igual a 5% em relação a 2014.

Acordos Homologados na fase de execução 2014	Acordos Homologados na fase de execução 2018	Percentual de cumprimento	META CUMPRIDA
1	35	3400%	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

14.2.2.3. Meta 13: Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% (sessenta por cento), ou menos, até 2020. Ao final de 2019, a Unidade deveria apresentar percentual menor ou igual a 62%.

Pendentes em 31/12/2017	Baixados	Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	META NÃO CUMPRIDA
1.697	558	75,25%	

14.2.2.4. Meta 21: Aumentar a arrecadação por processo em 10% até 2020. Ao final de 2019 a Unidade deverá apresentar percentual de aumento de 8% em relação a 2015.

Índice de Arrecadação por Processo 2015	Arrecadação/Pagamentos no Período de Referência	Baixados no Período de Referência	Índice de Arrecadação por Processo no Período de Referência	Percentual de Elevação ou Decréscimo	META CUMPRIDA
R\$ 9.335,68	R\$ 8.842.108,62	558	R\$ 15.846,07	69,74%	

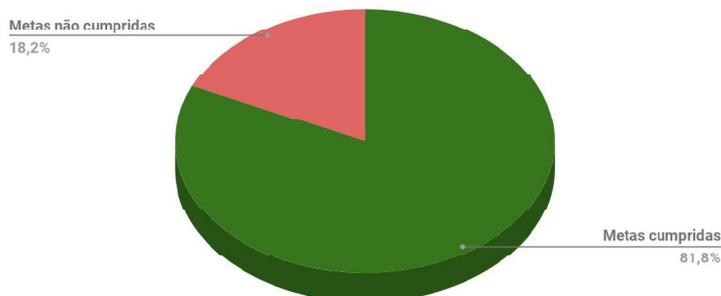
RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

	Meta	2019
CNJ	Meta 1	Cumprida
	Meta 2	Cumprida
	Meta 3	Não Cumprida
	Meta 5	Cumprida
	Meta 6	Cumprida
	Meta 7	Cumprida
	CSJT	Meta 5
TRT	Meta 10	Cumprida
	Meta 11	Cumprida
	Meta 13	Não Cumprida
	Meta 21	Cumprida



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Percentual de atingimento de Metas em 2019



15. DO PJE-JT

Quanto às pendências do Sistema PJe-JT, a equipe correcional colheu os seguintes dados, em 17/08/2020, após consulta direta ao acervo de processos armazenados nas tarefas:

Agrupamento	Total	Tarefa	Fase	Qtd	Entrada do mais antigo	Processo mais antigo
Acordo	57	Aguardando cumprimento de acordo	C	48	20/4/2018	0016148-39.2018.5.16.0017
		Aguardando cumprimento de acordo	E	8	06/05/2019	0016974-02.2017.5.16.0017
		Aguardando cumprimento de acordo	L	1	20/05/2020	0017093-89.2019.5.16.0017
Análises	50	Conclusão ao magistrado	C	2	13/08/2020	0016305-41.2020.5.16.0017
		Análise	C	11	07/08/2020	0016248-23.2020.5.16.0017
		Análise	E	35	07/08/2020	0016172-38.2016.5.16.0017
		Conclusão ao magistrado	E	2	13/8/2020	0016210-16.2017.5.16.0017
Arquivados	6017	Cartas devolvidas	A	429	21/11/2013	0016043-38.2013.5.16.0017
		Arquivo provisório	A	184	23/02/2017	0016025-12.2016.5.16.0017
		Arquivo	A	457	17/02/2020	0016038-69.2020.5.16.0017
		Arquivo definitivo	A	4876	03/06/2014	0016309-88.2014.5.16.0017
		Cartas devolvidas	C	68	20/02/2019	0016746-90.2018.5.16.0017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Cartas devolvidas	E	3	13/09/2019	0016172-67.2018.5.16.0017
Audiência	32	Aguardando audiência	C	30	20/07/2020	0016160-82.2020.5.16.0017
		Aguardando audiência	E	2	12/08/2020	0017007-21.2019.5.16.0017
Comunicação e Expedientes	158	Preparar expedientes e comunicações	C	65	22/07/2020	0017014-81.2017.5.16.0017
		Preparar expedientes e comunicações	E	72	22/07/2020	0016196-95.2018.5.16.0017
		Preparar expedientes e comunicações	L	21	15/07/2020	0016996-89.2019.5.16.0017
Cumprimento de Providências	1411	Cumprimento de Providências	C	290	20/02/2019	0016624-77.2018.5.16.0017
		Cumprimento de Providências	E	1114	19/02/2019	0016210-21.2014.5.16.0017
		Cumprimento de Providências	L	7	20/02/2020	0016018-78.2020.5.16.0017
Minutar Decisão	2	Minutar dependência	C	2	12/08/2020	0016342-68.2020.5.16.0017
Minutar Despacho	10	Elaborar despacho	C	1	10/08/2020	0016204-04.2020.5.16.0017
		Elaborar despacho	E	9	11/08/2020	0077200-61.2012.5.16.0012
Minutar Despachos e Decisões	12	Minutar dependência	C	2	12/08/2020	0016342-68.2020.5.16.0017
		Elaborar despacho	C	1	10/08/2020	0016204-04.2020.5.16.0017
		Elaborar despacho	E	9	11/08/2020	0077200-61.2012.5.16.0012
Novos Processos	9	Triagem Inicial	C	9	11/08/2020	0016336-61.2020.5.16.0017
Outros	893	Aguardando final do sobrestamento	C	9	27/09/2018	0071700-62.2013.5.16.0017
		Aguardando prazo	C	123	09/06/2020	0016582-91.2019.5.16.0017
		Aguardando apreciação pela instância superior	C	471	22/09/2015	0016271-76.2014.5.16.0017
		Aguardando final do sobrestamento	E	8	15/04/2019	0016013-95.2016.5.16.0017
		Aguardando apreciação pela instância superior	E	21	07/03/2019	0016150-77.2016.5.16.0017
		Aguardando prazo	E	196	19/02/2020	0016168-30.2018.5.16.0017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Aguardando apreciação pela instância superior	L	21	16/08/2019	0016124-74.2019.5.16.0017
		Aguardando prazo	L	44	02/04/2020	0016065-86.2019.5.16.0017
Prazos Vencidos	13	Prazos Vencidos	C	3	14/08/2020	0016080-21.2020.5.16.0017
		Registrar trânsito em julgado	C	1	14/8/2020	0017038-41.2019.5.16.0017
		Prazos Vencidos	E	9	14/08/2020	0016531-22.2015.5.16.0017
Recebimento e Remessa	2	Remeter ao 2o Grau	C	1	14/08/2020	0017039-26.2019.5.16.0017
		Remeter ao 2o Grau	E	1	14/08/2020	0016721-43.2019.5.16.0017

* C- Conhecimento L-Liquidação E-Execução A-Arquivado

Verificou-se, por amostragem, que os processos antigos localizados na tarefa Cumprimento de Providências não apresentam atrasos injustificados, por se encontrarem “aguardando pagamento RPV/Precatórios”.

15.1. Escaninho

No tocante ao escaninho do Sistema PJe-JT, verificou-se, no dia 17/08/2020, os dados listados abaixo:

Petições não apreciadas	
Total de Petições	0
Petições em processos com prioridade	0
Petições em sigilo/segredo	0
Petições urgentes	0
Petições assinadas por peritos	0
Documentos internos	
Total de Documentos	11
Documentos em processo com prioridade	1
Documentos em sigilo/segredo	0
Planilha de cálculo	0
Atas de audiências assinadas	0
Mandados devolvidos	0
Mandados Pendentes	11
Processos sem audiências	
Total	265

Verificou-se que a Unidade utilizada a ferramenta disponível no PJe 2.0 como meio de controle das pendências existentes no Juízo.

15.2. Atas de audiências pendentes de assinatura



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ainda em consulta ao Sistema PJe-JT, foi constatada a inexistência de atas de audiências pendentes de assinatura de Magistrados.

15.3. Prazo médio de permanência do processo na tarefa nos últimos 12 meses

Tarefa	Qtd Processos	Prazo Médio em Dias
Controle de perícia	9	113,33
Aguardando laudo pericial	4	89
Cumprimento de Providências	2267	46,48
Aguardando audiência	1251	33,96
Minutar sentença	955	20,59
Aguardando término dos prazos	2183	20,38
Aguardando prazo	2839	17,22
Arquivo	127	16,15
Aguardando prazo recursal	1066	13,05
Triagem Inicial - Parte sem CPF ou CNPJ	4	12,75
Triagem Inicial - Trabalho infantil ou idoso	1	12
Preparar expedientes e comunicações	2441	11,4
Preparar ato de comunicação	2359	10,86
Cumprimento de providências	1211	9,03
Conduso ao magistrado - Liq	292	8,58
Triagem Inicial	521	7,15
Conduso ao magistrado - Sobrestamento	2	7
Minutar sentença - Liq	21	5,67
Conduso ao magistrado - Exec	1118	5,59
Preparar comunicação	83	5,51
Apreciar dependência	63	5,37
Iniciar Execução	62	5,08
Elaborar sentença	462	4,76
Minutar sentença - Exec	266	4,32
Conduso ao magistrado	1671	3,96
Acordos vencidos	29	3,83
Transitar em julgado	60	3,8
Intimações automáticas com pendências - Conversão em diligência	3	3,33
Remeter ao 2o Grau	470	3,22

15.4. Processos que ficaram mais tempo em uma tarefa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Tarefa	Processo	Entrada	Saída	Dias	Qtd processos passaram na tarefa	Prazo médio da tarefa
Controle de pericia	0017082-31.2017.5.16.0017	20-02-2018	04-10-2019	590	9	113.33
Cumprimento de Providências	0016946-34.2017.5.16.0017	23-04-2019	06-08-2020	470	2267	46.48
	0016968-29.2016.5.16.0017	27-02-2019	21-05-2020	448	2267	46.48
	0017512-80.2017.5.16.0017	21-03-2019	22-05-2020	428	2267	46.48
	0016623-29.2017.5.16.0017	18-03-2019	24-04-2020	403	2267	46.48
	0016437-06.2017.5.16.0017	21-03-2019	24-04-2020	400	2267	46.48
	0016282-03.2017.5.16.0017	25-03-2019	24-04-2020	396	2267	46.48
	0017220-95.2017.5.16.0017	23-05-2019	16-06-2020	389	2267	46.48
	0017215-44.2015.5.16.0017	18-02-2019	09-03-2020	384	2267	46.48
	0017078-28.2016.5.16.0017	13-05-2019	21-05-2020	373	2267	46.48
	0016011-23.2019.5.16.0017	03-04-2019	01-04-2020	363	2267	46.48
	0016699-53.2017.5.16.0017	28-03-2019	19-03-2020	357	2267	46.48
	0017065-92.2017.5.16.0017	29-03-2019	19-03-2020	356	2267	46.48
	0017067-62.2017.5.16.0017	29-03-2019	19-03-2020	356	2267	46.48
	0084800-89.2010.5.16.0017	15-03-2019	03-03-2020	354	2267	46.48
	0016387-77.2017.5.16.0017	18-03-2019	02-03-2020	350	2267	46.48
	0016806-97.2017.5.16.0017	21-03-2019	02-03-2020	347	2267	46.48
	0016231-89.2017.5.16.0017	27-03-2019	03-03-2020	342	2267	46.48
	0017400-14.2017.5.16.0017	08-04-2019	03-03-2020	330	2267	46.48
	0123300-93.2011.5.16.0017	09-09-2019	03-08-2020	328	2267	46.48
	0123000-34.2011.5.16.0017	09-09-2019	03-08-2020	328	2267	46.48
	0118800-81.2011.5.16.0017	09-09-2019	03-08-2020	328	2267	46.48
	0017015-32.2018.5.16.0017	12-04-2019	03-03-2020	326	2267	46.48
	0016138-97.2015.5.16.0017	14-06-2019	04-05-2020	324	2267	46.48
	0016007-93.2013.5.16.0017	20-03-2019	27-01-2020	312	2267	46.48
	0016109-08.2019.5.16.0017	02-05-2019	03-03-2020	306	2267	46.48
	0016042-77.2018.5.16.0017	15-05-2019	03-03-2020	293	2267	46.48



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	0016853-37.2018.5.16.0017	15-05-2019	03-03-2020	293	2267	46.48
	0016775-14.2016.5.16.0017	20-05-2019	03-03-2020	288	2267	46.48
	0016034-42.2014.5.16.0017	20-05-2019	03-03-2020	288	2267	46.48
	0016690-28.2016.5.16.0017	20-05-2019	03-03-2020	288	2267	46.48
	0024700-66.2013.5.16.0017	09-09-2019	24-06-2020	288	2267	46.48
	0016761-64.2015.5.16.0017	20-05-2019	03-03-2020	288	2267	46.48
	0016733-28.2017.5.16.0017	21-05-2019	03-03-2020	287	2267	46.48
	0016139-19.2014.5.16.0017	16-10-2019	28-07-2020	285	2267	46.48
	0016641-16.2018.5.16.0017	20-02-2019	02-12-2019	285	2267	46.48
	0080200-25.2010.5.16.0017	09-09-2019	15-06-2020	280	2267	46.48
	0145200-64.2013.5.16.0017	15-10-2019	15-07-2020	273	2267	46.48
	0111600-23.2011.5.16.0017	02-05-2019	28-01-2020	271	2267	46.48
	0016978-44.2014.5.16.0017	12-06-2019	03-03-2020	265	2267	46.48
	0122500-94.2013.5.16.0017	10-10-2019	30-06-2020	264	2267	46.48
	0016285-60.014.5.16.0017	29-08-2019	18-05-2020	263	2267	46.48
	0016776-67.2014.5.16.0017	02-10-2019	16-06-2020	258	2267	46.48
	0016899-65.2014.5.16.0017	02-10-2019	16-06-2020	258	2267	46.48
	0016893-58.2014.5.16.0017	02-10-2019	16-06-2020	258	2267	46.48
	0016443-81.2015.5.16.0017	02-10-2019	16-06-2020	258	2267	46.48
Minutar sentença	0016832-61.2018.5.16.0017	11-09-2019	21-05-2020	253	955	20.59
Cumprimento de Providências	0016594-47.2015.5.16.0017	15-10-2019	25-06-2020	253	2267	46.48
Minutar sentença	0016831-76.2018.5.16.0017	11-09-2019	21-05-2020	253	955	20.59

Necessário registrar que os processos acima listados na tarefa ‘Cumprimento de Providências’ que se encontravam aguardando pagamento de RPVs não apresentam atraso injustificado.

15.5. Observações gerais sobre a tramitação dos processos no PJe

Observa-se elevado prazo médio de permanência de processos na tarefa “Controle de perícia” nos últimos 12 meses, conforme item 15.3, bem como a demora excessiva dos processos listados no item 15.4 nas tarefas ali mencionadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

16. DOS ATOS DA SECRETARIA

16.1. Intimação do Ministério Público

A Vara está promovendo regularmente a intimação do Ministério Público nas ações que demandam sua intervenção, como nos casos em que há interesse de menor.

16.2. Tramitação Preferencial

Considerando os atrasos registrados nos itens 15 e 15.5, constatou-se que a Vara assegura tramitação preferencial aos processos enquadrados no art. 14, § 3º, do Provimento Geral Consolidado deste Regional, dentre os quais aqueles em que as partes são menores, idosos, portadores de deficiência etc.

16.3. Remessa dos autos ao arquivo provisório

Ao remeter os autos ao arquivo provisório, quando da suspensão da execução, é obedecida integralmente à disposição estabelecida no artigo 159, do Provimento Geral Consolidado do TRT-16ª Região, notadamente quanto à renovação as providências coercitivas no sentido de localizar bens suscetíveis de penhora, bem como está sendo expedida certidão pelo Diretor de Secretaria, noticiando a ausência de depósito judicial ou recursal e o esgotamento, sem êxito, de todos os meios de coerção. Neste tópico observou-se, ainda, que o Juízo está revisando periodicamente os processos que se encontram no arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar as providências coercitivas.

DESCRIÇÃO	Até 31/07/2020
Saldo de Processos no Arquivo Provisório (Liquidação)	0
Saldo de Processos no Arquivo Provisório (Execução)	207

17. ITENS DE REGISTRO OBRIGATÓRIO NA ATA (Art.26, do Provimento Consolidado da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

a) Averiguação da existência de pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei"; **A Vara atende a este dispositivo.**

b) *Após a liquidação de sentença em que se o apure crédito de valor inequivocamente superior ao depósito recursal, a Vara correccionada libera o depósito recursal em favor da parte reclamante, de ofício ou a requerimento do interessado, na forma do art. 124, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da justiça do Trabalho; A Vara atende a este dispositivo.*

c) Assiduidade na vara do trabalho do juiz titular ou substituto; **Já analisado (item 4.4);**

d) A quantidade de dias da semana em que se realizam audiências; **Já analisado (itens 7.1.1 e 7.1.2);**

e) Os principais prazos da vara do trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais na fase de execução. **Já analisados (itens 7.1.6.1, 7.1.6.2, 9.1.3, 9.1.4).**

f) O exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA - Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC; Em cumprimento ao artigo 23, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, observou-se que a Unidade correccionada apresentou, no curso de 2019 e até o mês de julho de 2020, os seguintes resultados, conforme relatórios obtidos do site do Bancenjud e SABB (Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários):

ANO	CONSULTAS BACENJUD					
	Quantidade			Valores		
	Bloqueios	Desbloqueios	Transferências	Bloqueados	Desbloqueados	Transferidos
2019	974	542	419	R\$ 2.467.941,48	R\$ 347.225,74	R\$ 2.113.437,92
2020	428	232	172	R\$ 278.300,49	R\$ 37.241,74	R\$ 223.448,78

Fonte: www.bacen.gov.br

Importante registrar que o quantitativo apurado acima, relativamente às solicitações de bloqueios de INFOJUD e RENAJUD, referem-se apenas a processos físicos, vez que o PJe-JT não permite a emissão de relatórios neste sentido.

Por fim, com base em relatório fornecido pelo sistema BACENJUD, não existem bloqueios efetivados sem qualquer desdobramento, cumprindo-se o disposto no art. 127, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o qual estabelece que cabe ao Juiz do Trabalho velar diariamente para que, em caso de bloqueio efetivado, haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

g) Quantitativo de processos cadastrados no Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários:

TRT16ª REGIÃO - SISTEMA AUTOMATIZADO DE BLOQUEIOS BANCÁRIOS
RELATÓRIO DE USO DO SABB POR VT (MINUTAS EM 2020)

VT	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2ª Vara do Trabalho de Imperatriz	0	849	2632	299	1603	3518	352	1696	0	0	0	0	10949
Vara do Trabalho de Chapadinha	1271	1347	943	1688	268	1733	2558	980	0	0	0	0	10798
1ª Vara do Trabalho de São Luís	1115	1938	1181	0	0	1718	1990	906	0	0	0	0	8848
7ª Vara do Trabalho de São Luís	1339	1139	897	0	1446	868	1431	0	0	0	0	0	7120
6ª Vara do Trabalho de São Luís	1776	668	1941	74	16	827	608	0	0	0	0	0	5910
5ª Vara do Trabalho de São Luís	229	690	267	785	1046	882	40	1139	0	0	0	0	5078
4ª Vara do Trabalho de São Luís	884	1140	364	0	337	869	933	283	0	0	0	0	4810
Vara do Trabalho de Estreito	197	395	1045	632	431	939	725	242	0	0	0	0	4605
Vara do Trabalho de Pedreiras	460	405	1055	2	0	468	797	359	0	0	0	0	3546
3ª Vara do Trabalho de São Luís	515	493	937	0	0	569	596	128	0	0	0	0	3238
Vara do Trabalho de Bacabal	591	0	799	221	0	530	257	550	0	0	0	0	2948
Vara do Trabalho de Pinheiro	0	96	190	0	634	774	187	77	0	0	0	0	1958
1ª Vara do Trabalho de Imperatriz	0	1	0	0	8	249	836	484	0	0	0	0	1578
Vara do Trabalho de Açailândia	0	0	364	0	427	437	30	17	0	0	0	0	1275
Vara do Trabalho de Barreirinhas	94	453	117	302	0	0	0	0	0	0	0	0	966
Vara do Trabalho de Balsas	1	371	404	0	123	0	0	0	0	0	0	0	899
Vara do Trabalho de Presidente Dutra	0	0	0	0	0	0	30	22	0	0	0	0	52
Vara do Trabalho de Santa Inês	0	0	0	0	0	0	0	21	0	0	0	0	21
2ª Vara do Trabalho de São Luís	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Vara do Trabalho de Caxias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vara do Trabalho de São João dos Patos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vara do Trabalho de Barra do Corda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

h) O registro, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, momento liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao juiz para sentença em processos incidentais; **A Vara atende a este dispositivo.**

i) Se há inclusão em pauta de processos na fase de execução; **Já analisado (item 7.1.4);**

j) Se foi determinada pelo juiz a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique bens da sociedade (art. 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência da sua responsabilidade executiva secundária. **A Vara atende a este dispositivo.**

18. DOS ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

18.1. Mandados expedidos

MANDADOS PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO DO MAIS ANTIGO	TOTAL
Mandados distribuídos e não finalizados	-	0
Mandados expedidos e não distribuídos	-	0

18.2. Dados gerais sobre cumprimento de mandados

ano	2019	2019	2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

nome	JAL JYRRA ALVES DA COSTA	MARCELO NAZARETH BOURA	MARCELO NAZARETH BOURA
Média em dias para devolução do mandado	2 dias	13 dias 12h	2 meses 3 dias 13h
Mandados recebidos por distribuição	168	2128	0
Mandados recebidos por redistribuição	62	122	0
Mandados encerrados	116	2187	6
Cumpridos com finalidade atingida	114	1954	6
Cumpridos com finalidade não atingida	1	151	0
Mandados encerrados com prazo vencido	0	465	6
Mandados encerrados dentro do prazo	116	1722	0

À vista dos prazos médios coletados, observa-se que, em 2019, **foi obedecido**, pela Unidade, o disposto no art. 177 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que estabelece que os mandados Judiciais devem ser cumpridos e devolvidos no prazo máximo de 19 (dezenove) dias, contados da data da distribuição.

19. AGUARDANDO PAGAMENTO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV)

Municípios	Valor/Percentual Mensal do FPM	Quantidade de Processos
CAMPESTRE DO MARANHÃO	2,5%	19
CAROLINA	3,76%	334
ESTREITO	3,5%	139
FEIRA NOVA	R\$ 12.000,00	0
LAJEADO NOVO	6%	62
PORTO FRANCO	2,5%	215
SÃO JOÃO DO PARAÍSO	6 %	443
TOTAL		1.212

Vale registrar que a Vara informou que já vem designando audiências de conciliação junto aos entes públicos a fim de aumentar os percentuais de retenção, já tendo logrado êxito e aumento nos percentuais do Município de Estreito que passou de 2,5% para 3,5% e Município de Carolina que passou de 2,5% para 3,76%.

20. TEMPO DE DURAÇÃO DO PROCESSO

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Do Ajuizamento da Ação até o Arquivamento	931.14	674.38	1006.72

Considerando apenas o período que o processo tramitou na VT, temos os prazos abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 31/07/2020
Do Ajuizamento da Ação até o Arquivamento	704	628	942



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

21. DA GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

21.1. Da inspeção judicial

Foi realizada inspeção judicial na Unidade no período de 07 a 20/01/2020, em conformidade com o disposto na Resolução Administrativa n.º 203/2016, tendo a Ata correspondente sido remetida a esta Corregedoria, restando atendidas as disposições dos artigos 183 e 185 do Provimento Geral Consolidado.

Nesse sentido, o Exmo. Desembargador Corregedor recomenda ao magistrado titular que, a partir de 2020, realize, no mínimo, 2 (duas) Inspeções Anuais, da forma que entender conveniente, com foco principal nas várias deficiências constatadas, indicando as providências adotadas e o resultado alcançado.

22. DA GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Sobre esse aspecto, o Diretor de Secretaria informou que os equipamentos em sua maioria estão em bom estado de conservação.

23. DA GESTÃO DE TECNOLOGIA INFORMACIONAL / CONVÊNIOS *(Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso V, a, da Consolidação dos Provimentos da CGJT)*

Encontram-se instalados e em funcionamento os seguintes programas de informática pertencentes ao Sistema Integrado- SIGI-JT(Sistema de Cálculos; AUD (Automação de Salas de Audiência); e-Doc; SAPT1 e-Gestão).

A unidade informou que as ferramentas tecnológicas BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, JUCEMA, CCS, CNID, SERASAJUD, DOI, SIMBA e SIEEL são rotineiramente utilizadas

24. DO SISTEMA e-GESTÃO

Todas as estatísticas das Varas do Trabalho deste Regional são obtidas por meio do sistema e-Gestão, que é, atualmente, o banco de dados de toda a Justiça Especializada.

Nesse sentido, vale ressaltar que todas as remessas geradas pela Unidade até julho/2020 se encontram validadas.

25. IGEST - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho do País.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020 de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais.

O IGEST busca auxiliar as presidências, as corregedorias e as varas do trabalho na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível, revelando-se, dessa forma, importante ferramenta de gestão, sobretudo para aqueles Tribunais Regionais do Trabalho que não dispõem de metodologia própria para esse fim, com disponibilidade de acesso a todos os usuários do Sistema e-Gestão.

O cálculo foi desenvolvido para se obter, de forma padronizada, os indicadores de todas as varas do trabalho analisadas em um período de referência, sem fazer diferenciação entre elas, tudo com base nos dados extraídos do sistema e-Gestão. **Todas as informações relativas aos cálculos dos mesoindicadores podem ser obtidos no site do e-Gestão, no link <http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>.**

Para cada mesoindicador e colocação da Vara no IGEST, existem 3 faixas:

- em fundo azul escuro e letras brancas- 25% dos índices e das varas, com os melhores desempenhos;
- em fundo cinza e letras pretas- 25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos;
- em fundo azul claro e letras azuis- 50% dos índices e das varas, com desempenho mediano e que se encontram entre as duas faixas acima.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MESOINDICADORES, INDICADORES E SEUS RESPECTIVOS PESOS

MESOINDICADOR	INDICADOR	PESOS	
		PESO DOS INDICADORES	PESO DOS MESOS
Acervo	I01 - Idade Média do Pendente de Julgamento	0,3	0,2
	I02 - Pendentes	0,4	
	I03 - Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido	0,3	
Celeridade	I04 - Prazo Médio na Fase de Conhecimento	0,6	0,2
	I05 - Prazo Médio na Fase de Liquidação	0,1	
	I06 - Prazo Médio na Fase de Execução	0,3	
Produtividade	I07 - Taxa de Conciliação	0,3	0,2
	I08 - Taxa de Solução	0,4	
	I13 - Taxa de Execução	0,3	
Congestionamento	I09 - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento	0,5	0,2
	I10 - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	0,5	
Força de Trabalho	I11 - Produtividade por Servidor	0,5	0,2
	I12 - Pendentes por Servidor	0,5	

Nesse sentido, seguem abaixo informações colhidas no referido sistema acerca da Vara Correccionada:

25.1. Situação da Vara Trabalhista em relação ao País.

25.1.1. Mesoindicadores- Todas as Varas do Trabalho

Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
					Resultado	Colocação
0,1604	0,3119	0,3666	0,4060	0,4402	0,3370	266º

25.1.2. Mesoindicadores- Varas do Trabalho da mesma faixa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade de (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
					Resultado	Colocação
0,2070	0,3351	0,3677	0,3969	0,4173	0,3448	106º

25.2. Situação da Vara do Trabalho em relação às demais Unidades 16ª Região

25.2.1. Mesoindicadores- Todas as Varas do Trabalho

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2016 a Jun/2019	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
16a - MA -> Barreirinhas - 01a Vara	0751 a 1000	0,0948	0,2093	0,5504	0,3443	0,4861	0,3370	1º
16a - MA -> Açailândia - 01a Vara	1001 a 1500	0,1827	0,4930	0,4170	0,1845	0,4501	0,3455	2º
16a - MA -> Estreito - 01a Vara	1001 a 1500	0,1350	0,2806	0,3948	0,4441	0,5155	0,3540	3º
16a - MA -> Presidente Dutra - 01a Vara	1501 a 2000	0,2469	0,1850	0,4995	0,3913	0,4751	0,3595	4º
16a - MA -> Timon - 01a Vara	1001 a 1500	0,2166	0,5641	0,4506	0,3020	0,4263	0,3919	5º
16a - MA -> São João dos Patos - 01a Vara	0751 a 1000	0,1627	0,3329	0,5033	0,4528	0,5171	0,3938	6º
16a - MA -> Pedreiras - 01a Vara	0501 a 0750	0,1581	0,3598	0,5028	0,5223	0,5623	0,4211	7º
16a - MA -> São Luís - 05a Vara	1501 a 2000	0,3859	0,5730	0,4207	0,3617	0,4196	0,4322	8º
16a - MA -> Chapadinha - 01a Vara	2001 a 2500	0,2992	0,2535	0,6636	0,4733	0,5243	0,4428	9º
16a - MA -> Bacabal - 01a Vara	1501 a 2000	0,3479	0,4041	0,5329	0,4946	0,4582	0,4475	10º
16a - MA -> Balsas - 01a Vara	0751 a 1000	0,2108	0,4090	0,4010	0,6416	0,5905	0,4506	11º
16a - MA -> São Luís - 07a Vara	1501 a 2000	0,4140	0,3432	0,5637	0,5052	0,4518	0,4556	12º
16a - MA -> São Luís - 01a Vara	1501 a 2000	0,2814	0,4082	0,5398	0,5512	0,5157	0,4592	13º
16a - MA -> Barra do Corda - 01a Vara	2001 a 2500	0,4453	0,3078	0,5952	0,4382	0,5269	0,4627	14º
16a - MA -> São Luís - 04a Vara	1501 a 2000	0,3405	0,3967	0,4725	0,5768	0,5634	0,4700	15º



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

16a - MA -> São Luís - 02a Vara	1501 a 2000	0,3639	0,3367	0,6343	0,5044	0,5143	0,4707	16°
16a - MA -> Imperatriz - 02a Vara	2501 ou Mais	0,3586	0,4464	0,5607	0,5262	0,5158	0,4815	17°
16a - MA -> São Luís - 03a Vara	1501 a 2000	0,4091	0,4102	0,4979	0,5883	0,5470	0,4905	18°
16a - MA -> São Luís - 06a Vara	1501 a 2000	0,3326	0,5054	0,5223	0,5640	0,5845	0,5018	19°
16a - MA -> Pinheiro - 01a Vara	2001 a 2500	0,5552	0,7343	0,4217	0,5332	0,4969	0,5483	20°
16a - MA -> Imperatriz - 01a Vara	2501 ou Mais	0,8981	0,6579	0,4123	0,5077	0,3936	0,5739	21°
16a - MA -> Caxias - 01a Vara	1501 a 2000	0,7625	0,5233	0,4978	0,5853	0,5409	0,5820	22°
16a - MA -> Santa Inês - 01a Vara	1501 a 2000	0,7384	0,5243	0,6592	0,6786	0,5729	0,6347	23°

25.2.2. Mesoindicadores- Varas do Trabalho da mesma faixa

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2016 a Jun/2019	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
16a - MA -> Açailândia - 01a Vara	1001 a 1500	0,2747	0,5544	0,4549	0,5074	0,4160	0,4415	1°
16a - MA -> Timon - 01a Vara	1001 a 1500	0,4003	0,6082	0,4901	0,4926	0,3340	0,4650	2°
16a - MA -> Estreito - 01a Vara	1001 a 1500	0,3675	0,3282	0,5509	0,5074	0,6988	0,4905	3°

Vale registrar que os dados acima se referem à faixa de casos novos de Jan/2016 a Jun/2019 e o período de referência relativo a Jul/2019 a Jun/2020.

QUADRO RESUMO DA COLOCAÇÃO DA VARA NO IGEST

	Referência	Colocação	Total de Varas do Trabalho
Brasil	Todas as Varas do Trabalho	266ª	1571
	Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos	106ª	613
TRT 16ª Região	Todas as varas	3ª	23
	Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos	3ª	3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Observa-se que a Unidade ficou na **266ª** colocação entre as **1571** Varas do Trabalho do **Brasil**, bem como em **106ª** lugar entre as **613** Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos.

A Unidade também ocupou a **3ª** colocação entre as **23** varas do Trabalho da 16ª Região, bem como em **3º** lugar entre as **3** da mesma faixa da Região.

26. WIKI NACIONAL- Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância

Os Tribunais Regionais do Trabalho elaboraram a primeira versão de um manual eletrônico com as rotinas das Varas do Trabalho, denominado Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância- Wiki Nacional.

Trata-se de uma ferramenta para compreensão do fluxo do processo judicial e gestão do conhecimento institucional, através da qual servidores e magistrados encontrarão a descrição de todas as atividades de secretaria da 1ª Instância, as tarefas do PJe, o passo a passo das rotinas, modelos normativos, tudo visando precipuamente ao aprimoramento das rotinas das Unidades, melhorando, assim, a celeridade, a produtividade e, conseqüentemente, e a eficiência na prestação jurisdicional.

Dessa forma, considerando a relevância da questão, a equipe correcional solicitou do Diretor de Secretaria a observância do Memo Circular nº4/2019, através do qual a Secretaria da Corregedoria requereu dos gestores das varas do Trabalho a disseminação da referida plataforma perante os servidores e magistrados, comprometendo-se o referido Diretor a continuar adotando as medidas necessárias visando divulgação e utilização do aludido sistema.

27. DA OUVIDORIA

Conforme informado pelo Serviço de Ouvidoria deste Regional, durante o ano de 2019, até o mês de julho de 2020, não foram registradas manifestações pertinentes à morosidade em tramitação na Vara do Trabalho.

28. DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Considerando a situação de exceção provocada pela pandemia da COVID-19, não foi possível a verificação *in loco* das instalações físicas da vara, cabendo registrar que não houve manifestação da unidade no sentido de que se encontram em desacordo com as necessidades funcionais e do público.

29. DAS BOAS PRÁTICAS

Foram apresentadas as seguintes boas práticas: *“Controle de pauta manual com o objetivo de agrupar processos da mesma reclamada ou do mesmo patrono, acesso aos sistemas de saldos/extratos de contas judiciais do BB e da CEF a fim de confirmar o saque dos alvarás judiciais, e por fim, recebimento de respostas de ofícios por e-mail”*.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

30. DAS MEDIDAS ADOTADAS PELA VARA POR CONTA DA EPIDEMIA DA COVID-19

A Unidade apresentou as seguintes medidas “Disponibilização dos equipamentos de informática, como computadores, scanners e impressoras aos servidores a fim de melhor desempenho das atividades em regime remoto, atendimento por e-mail, ligações e “whatts app” a fim de garantir a efetiva e rápida prestação jurisdicional, envio de ofícios para as instituições financeiras via e-mails institucionais e notificações das partes via telefone”.

31. DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES INSERTAS NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO PRETÉRITO.

As seguintes recomendações/determinações, exaradas na ata do ano anterior, foram cumpridas pela Unidade:

- a) A unidade teve seu desempenho no Igest acrescido, passando da posição 606ª, a nível Nacional, para 266ª;
- b) Cumprimento das metas 1, 2, 5, 6 e 7 /2019 do CNJ, Meta 5 do CSJT e metas 10, 11 e 21/2019 do TRT-16ª Região;
- c) Houve redução do prazo médio para realização da 1ª audiência, passando de 92,69 dias , em 2019, para 68,94 dias até o mês de julho de 2020;
- d) Existe pauta regular para fins de conciliação nos processos que se encontram na fase de execução;
- e) Cumprimento do disposto no art. 177 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que estabelece que os mandados Judiciais devem ser cumpridos e devolvidos no prazo máximo de 19 (dezenove) dias, contados da data da distribuição;
- f) A Vara assegura tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, figurem como parte ou interveniente
- g) Não há processos pendentes de julgamento com prazo vencido com o magistrado Gustavo Castro Picchi Martins;
- h) Cumprimento do comando inserto no art. 57 do Provimento Geral Consolidado deste Regional quanto à assinatura da ata de audiência eletrônica no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, bem como do art. 62, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão dos autos ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução.

Por outro lado, é incumbência do Corregedor registrar as determinações/recomendações não cumpridas, bem como os aspectos que ainda merecem ser aprimorados. Nesse sentido, juizes e servidores devem atentar para o seguinte:

- a) Não foram cumpridas as metas 3/2019 do CNJ e meta 13/2019 do TRT 16ª Região;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- b) A taxa de congestionamento na fase de execução permanece elevada, alcançando, em 2019, o índice de 75,25%;
- c) O prazo médio do ajuizamento da ação até a extinção da execução permanece elevado contabilizando, ao final de julho/2020, um total de 1.613,82 dias;
- d) Houve uma pequena redução no total de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e de execução, passando de 496 (2018) para 342 (2019) e de 1791 (2018) para 1697(2019), respectivamente;
- e) Observou-se o cumprimento apenas parcial dos arts. 55 e 64, do Provimento deste Regional, quanto à necessidade de designação de data para a publicação da sentença quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução, assim como do art.63 que trata do prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgamento dos processos;
- f) Não está sendo observada, em sua integralidade, a Recomendação 4/18-CGJT, quanto à prolação de sentenças líquidas, conforme item 8.1.5.

32. OBSERVAÇÕES GERAIS DO EXMO SR.DESEMBARGADOR CORREGEDOR

OBSERVAÇÃO 1- O Exmo. Sr. Desembargador Corregedor observou que a taxa de congestionamento na fase de execução da unidade permanece elevada, ocupando a 17º posição no ranking das varas deste Regional, bem assim elevado prazo médio do ajuizamento da ação até a extinção da execução apurado nos sete primeiros meses de 2020 de 1.551 dias.

OBSERVAÇÃO 2- Verificou, ainda, em relação ao PJe, elevado prazo médio de permanência de processos na tarefa “Controle de perícia” nos últimos 12 meses, conforme item 15.3, bem assim demora excessiva dos processos listados no item 15.4 em algumas tarefas.

OBSERVAÇÃO 3 - Constatou ainda o descumprimento da Recomendação nº 4/GCGJT/2018, tendo em vista a inexistência de sentenças líquidas prolatadas no ano de 2019 em relação ao total de processos solucionados com exame de mérito de 700 (setecentos), bem assim o cumprimento parcial nos sete primeiros meses de 2020, pois houve a prolação de somente 07 (sete) sentenças líquidas;

OBSERVAÇÃO 4 - Até o mês de julho de 2020, a VT baixou somente 230 (duzentos e trinta) processos na fase de execução, número reduzido, tendo em vista o total de pendentes de baixa, que soma 1610 (mil seiscentos e dez).

OBSERVAÇÃO 5 - O índice de conciliação apurado em 2019, de 12,79%, e de 19,83% verificado até o mês de julho de 2020, se encontram abaixo do pretendido por este Regional que é de 41,20%.

33. DAS DETERMINAÇÕES



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

33.1. AO MAGISTRADO TITULAR

Em caráter geral, com o intuito de realçar procedimentos que devem ser sempre observados em todas as Unidades Judiciais deste Regional, especificamente em decorrência do constatado nos trabalhos correccionais, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor consigna as seguintes determinações aos Excelentíssimo Juiz vinculados à Vara do Trabalho de Estreito:

- **IGEST-** Considerando a colocação da Unidade no Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (266ª Nacional; 106ª Nacional por faixa de casos novos; 3ª do Regional), que continue adotando medidas visando à melhoria de todos os índices da Vara, dando especial atenção àqueles com fundo cinza claro e letras azuis;
- **Metas (2019)** - Observe e acompanhe as metas do Judiciário Nacional, fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, a fim de lhes dar cumprimento integral ao final de cada ano, assim como aquelas fixadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e as estabelecidas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do TRT da 16ª Região, pelo link <https://www.trt16.jus.br/portalGestao/index.php?acao=conteudo/metasVara.php>, haja vista o descumprimento das metas 3/2019 do CNJ e meta 13/2019 do TRT 16ª Região;
- **Arts. 55 e 64, do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal-** Verifique o comando inserto no referido dispositivo, quanto à designação de data para a publicação da sentença, quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução, mediante ciência prévia das partes ou procuradores, evitando-se, desse modo, a conclusão dos autos para julgamento *sine die* e a necessidade de intimação das partes pela via postal ou Diário;
- **Prazo para julgamento (art. 63 do PGC/art.226,III, do CPC)-** Cumpra os referidos dispositivos, que tratam do prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgamento dos processos;
- **Prazo para realização de audiências** - Continue observando, quando da elaboração da pauta, a necessidade de se manter reduzidos os prazos médios examinados, sobretudo os pertinentes à realização da primeira audiência e, em especial, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo (art. 852-B, III, da CLT);
- **Índice de Conciliação** - Insistam na busca de melhores índices de conciliação na fase de conhecimento, face o percentual alcançado nos últimos anos, abaixo do proposto pelo Tribunal, tendo em vista que o índice da Unidade em 2019 (12,79%) ainda se encontra muito abaixo da meta, qual seja, 41,20%;
- **Fase de Execução** - Considerando os dados referentes à fase de execução, como execuções pendentes (item.6.3.6), taxa de congestionamento (item 6.3.8.) e prazo médio (item 6.3.10), que adote medidas visando à melhoria desses índices, devendo, para tanto, utilizar dos meios coercitivos necessários à obtenção de uma execução eficiente, a exemplo dos convênios, como BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, SABB (Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários) e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

outros, assim como a priorização da conciliação, de modo a reduzir o acervo da Unidade;

- **Baixa de processos - fase de execução:** Que envide esforços a fim de aumentar o quantitativo de processos baixados, tendo em vista o total de 230 (duzentos e trinta) processos verificados até o final do mês de julho de 2020, quantitativo modesto, eis que o total de pendentes de baixa somam 1610 (mil seiscentos e dez) processos no mesmo período;
- **Sentenças Líquidas-** Considerando o baixo quantitativo de sentenças líquidas registradas no item 8.1.5, deve ser observado, com rigor, a Recomendação 4/18-CGJT;
- **Fase de Liquidação-** Tendo em vista o elevado prazo médio do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação apurado em 2020 de dias, que envide esforços para diminuição desse prazo a patamares razoáveis.
- **Aguardando pagamento de Requisição de Requisição de Pequeno Valor (RPV)-** Considerando o grande número de processos pendentes de pagamento em face dos municípios de São João do Paraíso, de Carolina, de Porto Franco e de Estreito, que continue adotando medidas visando ao aumento da arrecadação mensal dos referidos municípios e, conseqüentemente, à melhoria da prestação jurisdicional;
- **Inspeção Judicial** - Realize, no mínimo, 2(duas) inspeções anuais, da forma que entender conveniente, visando à verificação da atuação e das pendências da Vara que impactam seus índices, conforme Ofício Circular nº 001/2020-SC;
- **Gestão da Unidade** - Que faça o acompanhamento periódico e permanente das atividades da Secretaria, evitando-se, assim, atrasos na tramitação dos feitos;
- **Tramitação Preferencial** - Continue assegurando tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, que figurem como parte ou interveniente, de forma a dar cumprimento à determinação inserta no artigo 14, § 3º e 4º, inciso I, do PGC- TRT16, fazendo a necessária separação dos feitos em local próprio para facilitação do controle;
- **Recomendações da CGJT-** Que observe os termos do MEMO. CIRCULAR N.º 008/2019-SC, por meio do qual a Unidade foi cientificada acerca das recomendações constantes na Ata de Correição da CGJT-2019, quais sejam:

- Considerando que a Resolução n.º 233/2016 do CNJ determina que o magistrado, na designação de perito, observe critério equitativo para a nomeação dos profissionais constantes da lista cadastrada junto ao Tribunal, recomenda-se dispensar especial atenção, durante a atividade correicional, ao integral atendimento às diretrizes fixadas na Resolução n.º 233/2016 do CNJ;

- Considerando que, a despeito do incremento da produtividade do primeiro grau de jurisdição, com importante redução do acervo de processos pendentes de julgamento, o prazo médio de duração dos processos na fase de conhecimento apresenta-se elástico,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

notadamente no que tange ao interstício do ajuizamento da ação até a realização da primeira audiência - fato objeto de igual recomendação na Correição Ordinária anterior - recomenda-se a intensificação dos esforços no sentido de obter a redução do tempo médio de tramitação processual nas Varas do Trabalho da 16ª Região, com especial atenção ao prazo para designação da primeira audiência;

- Considerando os índices relativos ao resíduo e ao prazo médio na fase de execução em 2018, recomenda-se sensibilizar magistrados e servidores para a importância do uso eficaz das ferramentas de pesquisa patrimonial como meio de assegurar a efetividade das execuções e, por consequência, incrementar a produtividade e propiciar a redução do número de execuções pendentes no âmbito da 16ª Região;

- Considerando a informação de que significativa parcela das execuções encerradas encontra-se identificada como "outras extinções" e de que, entre elas, constatou-se, por amostragem, a existência de sentenças que fizeram incidir a prescrição intercorrente, recomenda-se alertar os magistrados para os termos do artigo 2º da Instrução Normativa n.º 41/2018 do TST e da Recomendação n.º 3/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de modo a garantir segurança jurídica aos jurisdicionados;

- Considerando que não há unidade específica responsável pela fiscalização das rotinas adotadas pelas VTs para a expedição e processamento das RPVs estaduais e municipais, o que dificulta a padronização dos procedimentos, fato inclusive objeto de recomendação na ata correicional anterior, e visando o controle efetivo, centralizado e permanente das práticas adotadas pelas diversas unidades jurisdicionais, recomenda-se adotar mecanismos de efetivo controle em relação ao processamento das RPVs estaduais e municipais expedidas pelas Vts;

NOTA - as recomendações e determinações devem ser observadas, devendo haver informação formal à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das medidas adotadas em prol do cumprimento das mesmas, esclarecendo quais as providências adotadas para cada item e a melhoria alcançada.

33.2. AOS SERVIDORES

Em face do constatado e apurado durante os trabalhos correicionais, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor determina ao Diretor Kerson Silva Castro, responsável pela boa ordem dos serviços da Unidade, que:

- a) **WIKI NACIONAL** - Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância - que continue disseminando o uso dessa plataforma para compreensão do fluxo do processo judicial e gestão do conhecimento institucional, através da qual servidores e magistrados encontrarão a descrição de todas as atividades de secretaria da 1ª Instância, as tarefas do PJe, o passo a passo das rotinas, modelos normativos, tudo visando precipuamente ao aprimoramento das rotinas das Unidades, melhorando, assim, a celeridade, a produtividade e, conseqüentemente, a eficiência na prestação jurisdicional,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

socorrendo-se de pessoal habilitado junto ao Tribunal se não se achar habilitada ou se dúvida tiver de como implementar;

- b) **IGEST**- Considerando a colocação da Unidade no Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (266ª Nacional; 106ª Nacional por faixa de casos novos; 3ª do Regional), que adote medidas visando à melhoria de todos os índices da Vara, com especial atenção aos campos que se encontram em fundo cinza e letras pretas (25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos), bem como em fundo cinza claro e letras azuis (50% dos índices e das varas, com desempenho mediano)
- c) **Sistema e-Gestão** - Deem atenção especial aos relatórios de saldo e de pendências, bem como àqueles que interferem nas variáveis do Justiça em Números (<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>), especialmente os seguintes: 90185 (Cartas Precatórias pendentes de devolução); 90377 (Processos pendentes de baixa - fase conhecimento); 90375 (Processos baixados - fase de conhecimento); 90383 (Processos pendentes de baixa - fase de execução); 90381 (Processos baixados - fase de execução); 90315 (Processos suspensos - fase de conhecimento); 90300 (Processos suspensos - fase de execução);
- d) **Sistema SABB** - Que continue cadastrando os processos que estejam na fase execução, com determinação de bloqueio no sistema Bacenjud, no referido sistema, em busca da redução do prazo verificado entre o ajuizamento da ação até a extinção da execução (1.613,82 item 6.3.10);
- e) **Art. 62, do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal**- Continue verificando, com rigor, o cumprimento desse dispositivo, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão do feito ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução;
- f) **PJE** - Elabore estratégia de ação, de modo a regularizar a tramitação dos processos no PJe, bem como imprimir a celeridade necessária à realização dos atos processuais com atrasos, tendo em vista as seguintes observações, já consignadas no item 15.5:
 - *Observa-se elevado prazo médio de permanência de processos na tarefa "Controle de perícia" nos últimos 12 meses, conforme item 15.3, bem assim demora excessiva dos processos listados no item 15.4 nas tarefas ali mencionadas;*
- g) **Gestão da Secretaria** - Faça o acompanhamento periódico e rigoroso dos processos, assim como da produtividade dos servidores, a fim de evitar atrasos na tramitação dos processos;
- h) **Tramitação Preferencial** - Continue assegurando tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, figurem como parte ou interveniente, de forma a dar cumprimento à determinação inserta no artigo 14, § 3º e 4º, inciso I, do PGC - TRT16, fazendo a necessária separação dos feitos em local próprio para facilitação do controle;
- i) **Ciência aos servidores** - Disponibilize a ata a todos os servidores, devendo ser realizada leitura conjunta com todo corpo funcional, de modo a adotar as medidas necessárias ao cumprimento das determinações nela contidas.

NOTA - Deve o Diretor de Secretaria, no prazo de 30 (trinta) dias, informar à Corregedoria acerca do cumprimento do inteiro teor das referidas determinações,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

esclarecendo quais as providências adotadas para cumprimento de cada item, com a observação de que essas determinações não devem ser objeto de outras futuras em correções posteriores, sob pena de apuração de responsabilidades.

34. DAS PROVIDÊNCIAS PELA SECRETARIA DA CORREGEDORIA

- Disponibilizar no site do Tribunal o inteiro teor desta Ata, publicando-a no DEJT.

34.1. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Evandro de Souza, agradece a colaboração de todos aqueles que participaram dos trabalhos correccionais, fazendo-o em nome do Excelentíssimo Senhor Juiz Titular Maurilio Ricardo Neris, bem como do Ilustríssimo Senhor Diretor de Secretaria, Kerson Castro Silva e demais servidores, pelo tratamento cordial recebido. Destaca os seguintes pontos positivos:

- Houve um avanço da unidade no IGEST- Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho passando da posição 606ª a nível Nacional para 266ª;
- Cumprimento das metas 1, 2, 5, 6 e 7 /2019 do CNJ, Meta 5 do CSJT e metas 10, 11 e 21/2019 do TRT-16ª Região;
- Decréscimo da taxa de congestionamento na fase de conhecimento em 2019, atingindo o índice de 21,27%;
- Houve redução do prazo médio para realização da 1ª audiência, de 92,69 dias, em 2019, para 68,94 dias, até o mês de julho de 2020;
- Valores pagos aos reclamantes em 2019 (R\$ 8.285.626,94) e até o mês de julho de (R\$ 3.063.570,19);
- Inexistência de processos pendentes para julgamento fora do prazo legal;
- Pequeno resíduo de processos pendentes de elaboração de cálculos e de prolação de despacho;
- O total de 4606 (quatro mil seiscentos e seis) processos cadastrados nos Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários - SABB de janeiro a agosto do ano em curso;
- As boas práticas elencadas no item 29;
- Realização audiências de conciliação junto aos entes públicos a fim de aumentar os percentuais de retenção do FPM;
- Cumprimento dos artigos 57, 62 e 177 do Provimento Geral Consolidado deste Regional;
- Os processos analisados apresentam tramitação regular, sem atrasos consideráveis.

Sabe-se, por outro lado, que o Exmo. Desembargador Corregedor no cumprimento das obrigações regimentais, a ata também deve registrar pontos que devem ser melhorados. Nesse contexto, merecem uma atenção especial as recomendações e determinações da correição - 2019, não cumpridas, bem como as circunstâncias registradas no item 32, com destaque às seguintes:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- Não foram cumpridas as metas 3/2019 do CNJ e 13/2019 do TRT 16ª Região;
- Houve aumento da taxa de congestionamento na fase de execução, alcançando, em 2019, o índice de 75,25% ocupando o 17º lugar dentre as 23 VT deste Regional;
- Quantitativo elevado de processos pendentes de baixa na fase de execução de 1610 (um mil, seiscentos e dez) processos no mês de julho/2020;
- O índice de conciliação ainda é considerado baixo: 12,79% em 2019 e 19,83% ao final de julho de 2020;
- Ausência sentenças líquidas proferidas, em 2019, e o número reduzido em 2020 de apenas 7 (sete) processos.

Necessário esclarecer que a Correição Ordinária não se trata de uma mera formalidade, sendo o momento de verificação minuciosa da qualidade do serviço prestado pela Vara Trabalho, ocasião em que todos os prazos, pendências, produtividade, pontos positivos e negativos são analisados.

Dessa forma, à vista das imperfeições encontradas pela equipe correicional, o juiz titular e servidores devem ficar cientes que o cumprimento das determinações e recomendações, bem como a melhoria dos serviços da Unidade, serão acompanhadas passo a passo pela Corregedoria Regional, em cumprimento à sua função regimental (art. 27, do Regimento Interno), salientando que esta postura tem caráter de incentivo, dever de que também se reveste a Corregedoria, de modo a incitar todos, juízes e servidores, a uma prestação jurisdicional voluntariosa e eficaz.

Nesta perspectiva, insto a todos envolvidos nos trabalhos desenvolvidos na VT de Estreito, a empenharem-se com afinco na prestação jurisdicional, para o que pondero ao Juiz Titular e ao Diretor de Secretaria, responsáveis pela condução dos trabalhos, que estabeleçam critérios para resolverem as pendências de maior comprometimento da celeridade, bem assim mecanismos motivacionais, de forma a fomentar a auto estima dos servidores no desenvolvimento daquilo que os compete, inclusive cobrando da administração eventual apoio para o alcance de todas as metas frequentemente estabelecidas.

Na hipótese de eventual discordância em relação aos dados lançados nesta Ata ou de alguma recomendação ou determinação, deverá ser encaminhada à Corregedoria com a justificativa cabível ou a razão de não o fazer.

Por fim, cumprimentando a todos o Desembargador Corregedor, José Evandro de Souza, registra agradecimentos pela forma cordial e acolhedora com que o Desembargador e toda sua equipe foram recebidos virtualmente pelos integrantes da VT de Estreito.

35. DO ENCERRAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aos 18 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte, foi encerrada a presente Correição Periódica Ordinária, na modalidade telepresencial. Nada mais havendo a consignar, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor, José Evandro de Souza, mandou encerrar a presente Ata, lavrada por mim, Valéria Moraes Marques, Secretária da Corregedoria, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor, pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Titular Maurílio Ricardo Neris, por mim, e pelo Diretor de Secretaria Kerson Silva Castro.

JOSE EVANDRO DE SOUZA:30816326
Assinado de forma digital por JOSE EVANDRO DE SOUZA:30816326
Dados: 2020.08.27 10:57:08 -03'00'

Des. José Evandro de Souza
Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

MAURILIO RICARDO NERIS:308161348
Assinado de forma digital por MAURILIO RICARDO NERIS:308161348
Dados: 2020.08.31 15:10:02 -03'00'

Maurílio Ricardo Neris
Juiz Titular da Vara do Trabalho de Estreito

VALERIA MORAIS MARQUES:308161746
Assinado de forma digital por VALERIA MORAIS MARQUES:308161746
Dados: 2020.09.01 11:20:53 -03'00'

Valéria Moraes Marques
Secretária da Corregedoria Regional

KERSON SILVA CASTRO:308161707
Assinado de forma digital por KERSON SILVA CASTRO:308161707
Dados: 2020.08.31 14:20:37 -03'00'

Kerson Silva Castro
Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Estreito